

# Diário do Legislativo de 04/01/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 133ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

3 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 133ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 22/12/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aauto, Miguel Martini, Doutor Viana e Márcio Cunha

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Suspensão e reabertura da reunião - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.216/2000; discursos dos Deputados Geraldo Rezende, Alberto Pinto Coelho, Miguel Martini, Chico Rafael e Sávio Souza Cruz; questão de ordem; discurso da Deputada Elaine Matozinhos; prorrogação da reunião; discurso da Deputada Elaine Matozinhos; questão de ordem; encerramento da discussão; questões de ordem; requerimento do Deputado Chico Rafael; discurso do Deputado Chico Rafael; questão de ordem; discursos da Deputada Elaine Matozinhos e do Deputado Geraldo Rezende; questão de ordem; discurso do Deputado Sávio Souza Cruz; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; rejeição do requerimento; requerimentos dos Deputados Sebastião Navarro Vieira e outro, Adelmo Carneiro Leão, Chico Rafael e Dalmo Ribeiro Silva; deferimento; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaques; aprovação; prejudicialidade das emendas com parecer pela aprovação; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; questões de ordem; votação da Emenda nº 990; discurso do Deputado Sebastião Navarro Vieira; aprovação; votação das Emendas nºs 3.159, 3.160, 3.190, 3.191, 3.195, 3.196 e 3.197; rejeição; votação da Emenda nº 2.468; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; aprovação; votação da Emenda nº 3.189; rejeição; votação da Emenda nº 1.717; discurso do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; rejeição - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 17/99 e dos Projetos de Lei nºs 88/99 e 1.006, 1.143, 1.198 e 1.334/2000; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.216/2000; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aauto - José Braga - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Rémolo Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira e Wanderley Avila

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Miguel Martini) - Às 20h07min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 1.006 e 1.334/2000, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 30 minutos, para que seja fechado o entendimento para concluirmos a votação do orçamento. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - Ainda estamos em entendimento. A Presidência vai, portanto, suspender a reunião por 30 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria em pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.216/2000, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2001. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Geraldo Rezende.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de lei em tela já veio para esta Casa com um pecado original. Durante o período em que estive nesta Casa, pensei que pudéssemos acertar a situação, para que ele não prejudicasse tanto a região do Triângulo. Explico: o Triângulo foi aquinhado com 2,31% apenas do orçamento do Estado. Enquanto isso, o Sul de Minas abocanhava 25,07%; a região Central, 21,35%; a região Norte, 11,30%; o vale do Rio Doce, 8,5%, e a Zona da Mata, quase 5%. O Centro-Oeste também ficou com pouco: 2,85%. De toda a forma, ainda recebeu mais do que o Triângulo. Esse foi o nosso primeiro descontentamento quanto ao projeto original, quanto ao pecado que cometeu em sua origem. Mas houve alguns acordos aqui na Casa. Solicitaram-nos que apresentássemos emendas no valor de R\$690.000,00. Achei o valor um pouco ridículo, mas pensei em destinar algum recurso para as Prefeituras e fiz as emendas. Ao apagar das luzes, no fechamento das emendas, recebi uma comunicação da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Casa, solicitando-me mais R\$690.000,00 de emendas, que mandamos para lá. Mas não foram publicadas. As que foram publicadas no "Minas Gerais" de hoje, dia 22, são R\$690.000,00. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo mineiro, o que fizeram os membros dessa Comissão? Retiraram, nada mais, nada menos do que R\$106.200.000,00 do FUNDIEST, que pertence à Secretaria que dirigi durante um ano e quatro meses. Depois, foram em outro fundo da Secretaria da Indústria e Comércio - o FIND(...) - e retiraram dali mais R\$103.500.000,00, dando um total de R\$209.700.000,00. E ainda teve Deputado aqui - pasmem! - que apresentou emenda no valor de R\$26.000.000,00. Não sou eu quem está dizendo. Está aqui, no "Minas Gerais". Estou protestando contra isso e vou continuar protestando.

Estou dizendo tudo isso porque não voto favoravelmente a esse projeto. Vou votar contra ele. Quero que fique bem claro para o povo mineiro que não aceito injustiças. Minha base eleitoral está cobrando ações. Não temos estradas. Rodovias, Minas não possui, infelizmente. Um Estado do porte de Minas Gerais não possui rodovias até hoje. Temos estradas tão esburacadas, que parecem tábuas de pirulitos, de tantos buracos que têm. O resto, são caminhos muito ruins, onde nem burro passa. E o Triângulo está dessa forma. Há 14 anos bato na mesma tecla nesta Assembléia. Um Governador que esteve no Palácio da Liberdade no passado, que gostava de me chamar de doutor, sempre criticava esses caminhos. E Minas Gerais não progride, ainda está como na época daquele poeta de 200 anos atrás: "Pelos caminhos de Minas..." e não sei mais o quê.

Vamos sacudir os mineiros e fazer com que este Estado progrida, construindo rodovias, ao invés de ficar nesses "caminhos de Minas", nessa vergonha nacional, que provoca acidentes e mortes de pais de família. As estradas são mal-sinalizadas. Dizem que é a maior rede rodoviária nacional, mas existe apenas no papel. Como pode ser a maior rede? Maior rede de quê? Não existe nada disso. Existem apenas estradas esburacadas, pior do que tábua de pirulito. Estão fazendo uma rodovia para São Paulo, a Fernão Dias, bem no conceito mineiro: um negocinho bem apertadinho, mas não se conclui a obra, que há 12 anos está sendo feita.

Um Deputado combinou de apresentarmos emendas de R\$690.000,00, e eu, na boa-fé, acreditando em todo o mundo, fi-lo, mas vejo agora que há Deputados apresentando emendas de R\$26.000.000,00. Estamos exaustos e quero encerrar, mas protesto contra essas injustiça no Estado e contra a falta de compromisso dos Deputados desta Casa, que não cumprem sua palavra.

É preciso que o povo mineiro saiba disso. Esta Casa precisa retornar às suas tradições. Nós, Sr. Presidente, os mais antigos - e V. Exa. é da minha época - sabemos que, anteriormente, esta Casa cumpria seus compromissos, diferentemente de agora. Criou-se na Assembléia uma cultura de não se cumprirmos os compromissos. Acerta-se algo nas comissões, mas, no Plenário, ocorre algo muito diverso. Não concordo com esse tipo de comportamento. Perdoem-me os meus pares, mas não concordo com isso, pois palavra é palavra e entendimento é entendimento. Portanto, meu voto no orçamento que está sendo aprovado para ser executado em 2001 é contrário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Alberto Pinto Coelho.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho dos relatores e sub-relatores do orçamento, especificamente, numa audiência em que compareceram a esta Casa a diretoria da CEMIG e os técnicos executivos dessa empresa. E, naturalmente, numa linha em que se buscava a segurança para a relatoria do orçamento do Estado, que, com toda a certeza, é uma peça da maior importância, assisti ao debate em que se suscitava a dúvida quanto ao aspecto da legalidade dos consórcios firmados entre a CEMIG e os seus parceiros na construção de algumas usinas hidrelétricas. Nessa oportunidade, o Deputado Irani Barbosa, com o embasamento jurídico de sua assessoria, entendia indispensável uma autorização, caso a caso, para que a CEMIG pudesse, efetivamente, participar desse consórcio. Ele se referia a um dispositivo constitucional expresso no art. 65, § 19 e 20, da Constituição Federal. Nessa oportunidade, assisti ao embate, assisti à contra-argumentação do assessor jurídico da CEMIG e procurei buscar elementos para que, em havendo dúvida, tivesse eu a oportunidade de usar a tribuna para esclarecer o Plenário a respeito. E assim o fiz. E aquele assessor mostrou que existe uma lei estadual específica que guarda perfeita consonância com o texto da Carta maior, que é a Constituição Federal. A Lei nº 12.653 altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, que dispõe sobre a mudança de denominação da CEMIG e sobre a ampliação de seu objetivo social e dá outras providências. Essa lei, em seu art. 10º, parágrafo único, diz o seguinte: "As atividades previstas nesse artigo poderão ser exercidas por intermédio da empresa criada pela CEMIG ou empresa de que venha a participar, majoritariamente ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração. Nessa oportunidade, o assessor jurídico mencionou uma decisão exarada pelo Superior Tribunal Federal em que esse dispositivo supre a exigência constitucional. Essa ação direta de inconstitucionalidade, embasada exatamente nesses mesmos princípios, teve, do relator, o pedido de cautelar indeferido. E depois, por acórdão firmado, por unanimidade dos membros do Superior Tribunal, a confirmação do que foi expresso no relatório do Ministro Maurício Correia.

Portanto, entendo eu, em que pese a respeitar o princípio do acordo que foi feito nesta Casa, que não poderia deixar de estar aqui para trazer ao conhecimento deste Plenário, que, num acordo feito agora, esses destaques, que buscavam corrigir esse erro feito pela relatoria do orçamento, deixaram de ser apresentados a este Plenário. Então, temos de, aqui, tentar buscar um entendimento novo. É esse o apelo que faço para que este parlamento não cometa esse equívoco, que poderá trazer sérias consequências para as usinas que já se encontram em execução em nosso Estado. Chamo a atenção de V. Exas., mostrando que a dúvida que o relator do orçamento e o sub-relator eventualmente tinham está inteiramente resolvida com essas informações e com essa decisão do Superior Tribunal Federal. Não podemos votar e cometer esse grave equívoco com consequências para aquilo que é da maior importância para o desenvolvimento do Estado: a geração de energia. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela primeira vez, desde que estou nesta Casa e para minha alegria, vejo que os Deputados estão trabalhando de maneira correta e acertada, quando se debruçam sobre o orçamento, discutindo até mesmo questões da administração indireta, das empresas controladas pelo Estado.

Os Deputados conseguiram identificar manobras do Executivo, como sempre foram praticadas, tentando aprovar um orçamento que, na verdade, era um cheque em branco para o Governo fazer o que, como e quando quisesse.

Desta vez, algumas falhas ocorreram, como discutirmos de maneira açodada determinadas questões de emendas, o que poderíamos ter feito em tempo hábil, de forma que fôssemos bem esclarecidos e pudéssemos ter votado sem esse açodamento.

O Executivo precisa entender que o Poder Legislativo é diferente e que executa o que esse Poder define, e não o que o Governo acha que tem de fazer. Por exemplo, vimos previsão de receita orçamentária inexistente, que classificou como "outros". Quais são os "outros"? Não sei.

Duzentos e cinquenta e sete milhões que disse que aplicaria no Estado, mas não sabia dizer onde. Todas as estratégias eram para que tivesse aprovação no orçamento e fizesse segundo seus interesses políticos e sua conveniência. Aí, ressaltou a grande importância que foi para esta Casa a extinção da subvenção social. Agora, o parlamentar tem de se debruçar sobre o orçamento e defender a sua região, porque essa é a única forma legítima, legal, a qual a sociedade espera que o seu representante use na hora de discutir a divisão do bolo.

O Governo disse que tem obras a executar na CEMIG, e aí disse que a obra já está iniciada, só que não está aprovada no orçamento anterior. Como o Governo começa uma obra sem ter autorização orçamentária? Ocorre que agora os tempos são outros. Este Poder vai votar sim, mas de maneira soberana, independente, ainda que haja equívocos; sempre eles ocorrerão. Mas será muito melhor do que no passado. Orçamento público é coisa séria, e o Governo nunca planejou suas ações, porque nunca foi preciso. No ano passado vimos perto a possibilidade de R\$7.000.000.000,00 para o Governo suplementar, porque, além dos oito que pediu, não onerava esse percentual uma série de outros valores que davam mais ou menos isso. E já não será assim. O Poder Legislativo agora quer o controle da execução orçamentária. E como se controla a execução orçamentária? Na medida em que o Governo precisa e manda um projeto definindo para onde é, essa Casa vai avaliar se é prioridade ou não. O Governo disse que a prioridade era construir centro de convenção em Juiz de Fora, mas o relatório achou que era investir na construção de unidades habitacionais. Este é o papel do Poder Legislativo. Somos representantes do povo e temos de definir quais são as prioridades, e não o Governador. Pode até achar o que seja melhor, mas nós definimos o que é melhor. Poderíamos ter feito essa discussão de maneira mais tranqüila, de forma a ter tempo de estudar a matéria. Mas é melhor que votemos dessa forma, porque agora o Poder Legislativo está cumprindo o seu papel, está no limite máximo de sua competência. Que o Governador cumpra o que for definido nesta votação do orçamento.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Chico Rafael.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais pessoas, estamos tratando da votação da lei orçamentária. Gostaria de ter em mãos todo o processo, inclusive o relatório, com todas as emendas que foram apresentadas, para fazer uma avaliação, deles retirando os dados necessários para proceder ao meu pronunciamento. Peço-lhe que faça chegar até minhas mãos esse relatório.

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Cunha) - Esta Presidência solicita à assessoria da Casa que faça chegar ao Deputado Chico Rafael a sua solicitação. Quero crer que seria o relatório do projeto. Caso V. Exa. deseje informações complementares, solicitaríamos que algum assessor da Comissão esteja à esquerda da nossa mesa, para prestar-lhe os devidos esclarecimentos.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que temos em mãos e o que se encontra na mesa, para ser votado, é apenas a metade do orçamento. Desta forma, não conseguiremos desenvolver nosso raciocínio. Gostaria de ter em mãos todas as emendas acolhidas pelo relatório. Não houve a publicação integral da matéria, e esta Casa não pode votar sem saber o que está votando. Não temos em mãos todas as emendas apresentadas. Creio que, quando um projeto encontra-se em condições de votação, deve estar na mesa, para que todos os Deputados possam consultá-lo. O projeto não foi publicado integralmente, ferindo o Regimento Interno. O art. 204, § 6º, é claro ao tratar da questão orçamentária: "Enviado à Mesa da Assembléia, o parecer será publicado na íntegra". Como votaremos um projeto dessa envergadura, que trata da vida do povo de Minas, da questão orçamentária de Minas, um projeto de R\$17.000.000.000,00, que afeta quase 500 mil servidores no Estado, que afeta todo o povo mineiro? Indago aos senhores, que têm sobre os ombros a responsabilidade de agir com transparência, coerência, seriedade: Estão de acordo em votar emendas cujo teor desconhecem? Este relatório foi concluído ontem, às 10h30min; vem-se arrastando, há alguns meses, na Casa, e ainda não foi votado na íntegra. Sr. Presidente, insisto, preciso de todas as emendas para que possamos avaliar o que está-se passando.

Sr. Presidente, gostaria que o tempo gasto para trazer essas emendas fosse descontado do meu tempo de uso da palavra. Aguardarei pacientemente. V. Exa. pode paralisar o relógio, que aguardaremos.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado Chico Rafael, já que V. Exa. vai usar todo o tempo para ler todas as emendas, gostaria de aproveitar e comunicar a este Plenário, a V. Exa. e aos telespectadores que o Deputado Alencar da Silveira Júnior, no exercício do seu mandato, beneficiou a cidade de Itabirito com recursos do orçamento. Gostaria de lembrar que a cidade de Jacutinga também foi beneficiada nesse orçamento, com a estrada que vai de Jacutinga até a divisa, que V. Exa. conhece bem, e tenho certeza de que é o anseio do povo daquela cidade. Jacutinga, que faz parte do circuito das malhas, agora terá essa tão sonhada estrada. A cidade histórica do Serro, que muito respeito, também foi beneficiada. Apesar de o Prefeito não ter tido meu apoio na eleição, meu compromisso continua sendo com a cidade do Serro. Foram, também, beneficiadas as cidades de Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Andradás, cujo Prefeito, jovem e dinâmico, tomará posse no próximo dia 1º. Beneficiei, também, Ouro Preto, cuja Prefeitura será, pela primeira vez, assumida por uma mulher, a dinâmica companheira Marisa Xavier, do PDT. Minas Novas também foi beneficiada, independente de partido ou de cor política. Sem dúvida, o compromisso do Deputado Estadual Alencar da Silveira Júnior é com aquela cidade, é com o povo e com a gente daquela terra. Fica o apelo aos companheiros votados em Belo Horizonte para que continuemos fazendo uma frente pró-Belo Horizonte, para que continuemos a ser os Deputados votados na Capital, pois ela não anda sozinha; precisa do Governo do Estado.

Quero lembrar que, no último ano, dediquei uma verba, no orçamento, para a segurança em Belo Horizonte, para que fosse monitorado todo o Centro da cidade, a fim de que se diminuísse o número de assaltos, a exemplo do que aconteceu em Nova Iorque. Até então, não foi pago.

Finalizando, já que V. Exa. fará a leitura de todas as emendas, fica o apelo do Deputado Estadual Alencar da Silveira Júnior para o Governador Itamar Franco cumprir o orçamento do Estado, pagar as emendas do Estado e ajudar as cidades.

Precisamos de estradas. O Deputado que antecedeu V. Exa. afirmou que Minas parou, não tem estrada nem progresso. Minas não pode continuar sendo um grande pequeno Estado. Temos de voltar a fazer com que continue crescendo e sendo um dos maiores Estados.

Tenho certeza de que, durante a leitura, V. Exa. mostrará ao Governo do Estado, à gente da nossa terra, que a Assembléia está preocupada com as obras que alavancarão este Estado para um futuro melhor. Se não for para nós - pois, para mim e para muitos que aqui se encontram, não há muita chance -, será para nossos filhos e netos. Muito obrigado.

O Deputado Chico Rafael - Quero, primeiro, dizer ao Deputado Alencar que é sempre um prazer ter seu aparte no nosso pronunciamento. Reitero, Sr. Presidente, a solicitação de que seja paralisada a contagem do cronômetro da Assembléia e cheguem às minhas mãos as emendas que foram apresentadas pelos parlamentares. Repito, não acredito que estejamos votando uma matéria dessa importância sem ter as emendas apresentadas pelos parlamentares.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Deputado Francisco Rafael, que esta legislatura soube respeitar e admirar. Temos certeza da inteligência de V. Exa., de suas preocupações, mas é importante que façamos alguns esclarecimentos.

O primeiro deles é que a assessoria da Casa está providenciando algumas emendas que, por uma questão que, obviamente, será explicada, serão feitas em errata. O Deputado Irani Barbosa, sub-relator da Comissão de Fiscalização Financeira, também deu os esclarecimentos necessários em razão de não termos, no texto da nossa mensagem, a suplementação que foi definida no Colégio de Líderes e à qual, nós, da relatoria, obedecemos "ipsis litteris".

Ilustre Deputado Francisco Rafael, que, insisto, todos nós soubemos admirar pela tenacidade e paixão com que defende suas convicções, fruto, sem dúvida alguma, do caráter de V. Exa. e do trabalho que enaltece e traz a esta Assembléia. Digo isso e tenho certeza de que falo em nome de todos nós.

Gostaria de lembrá-lo das dificuldades que tivemos para fazer uma análise profunda e criteriosa da proposta orçamentária. V. Exa. participou de inúmeras reuniões e encontros que tivemos com os Secretários da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil. Participou, também, ou pelo menos, teve o conhecimento, da diligência que a Comissão de Fiscalização Financeira fez nesse projeto, trazendo os dirigentes da CEMIG, da COPASA-MG, informações extras ao DER-MG, à COMIG, enfim, uma série de informações complementares, para balizar a nós, Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira, para que pudéssemos produzir uma análise da peça orçamentária.

O que faz, na verdade, a Comissão de Fiscalização Financeira ao proferir o seu voto, o seu relatório, é dar um balizamento, propor um norte, uma votação ao Plenário.

V. Exa., como integrante deste douto Plenário, ilustre Deputado Chico Rafael, o faz com competência e tem o direito de tomar conhecimento de tudo aquilo que integra a peça orçamentária.

É importante que V. Exa. saiba e esteja perfeitamente afinado com as circunstâncias em que estamos aprovando esse projeto, analisando o relatório da Comissão. Em primeiro lugar, estamos sob os auspícios da Lei de Responsabilidade Fiscal, que introduziu metodologias, questões que, até hoje, não foram dirimidas nem explicadas em nenhum parlamento deste País. Tenho a honra de representar esta Casa na ONALE. O Deputado Miguel Martini já foi seu Presidente. E, como tal, tive a oportunidade de conversar, em um encontro em Fortaleza, com inúmeros Deputados, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fiquei impressionado com o grau de desconhecimento de todos sobre a matéria.

Portanto, ilustre Deputado Francisco Rafael, sei que as dificuldades são muitas, mas nós, da Comissão de Fiscalização Financeira, tínhamos o dever constitucional, regimental de trazer a este Plenário as devidas explicações e um relatório que consubstanciasse o mínimo necessário para que pudéssemos votá-lo. Quero dizer aos Deputados e a V. Exa. que nós, exaustivamente, debatemos e discutimos a matéria. Se não estamos apresentando uma peça afinada, acabada, da forma que gostaríamos de fazer, pode ter certeza de que não foi por falta de empenho nem de trabalho. Enquanto isso, quero crer que a assessoria esteja ultimando o que falta da peça orçamentária para que V. Exa. a tenha completa.

Devo acrescentar que foram utilizados critérios para que pudéssemos acatar as emendas dos 77 Deputados. Em primeiro lugar, pelo que tenho conhecimento, posso ser contestado por algum Deputado que esteja aqui há mais tempo do que eu, todos os Deputados apresentaram emendas ao orçamento. Tivemos 3.099 emendas, das mais justas, porque, em última instância, somos nós, os Deputados, que representamos os 853 municípios do Estado, conhecemos a complexidade, a diversidade deste Estado; Guimarães Rosa disse que "Minas são muitas", e a Minas do vale do Jequitinhonha, seguramente, é diferente da do Norte de Minas, que, por sua vez, é diferente da do Sul de Minas, que V. Exa. representa tão bem nesta Casa.

Portanto, é de imaginar que Deputados do vale do Jequitinhonha, do Norte e do Sul de Minas apresentem ao orçamento contribuições que possam favorecer seus municípios. Por isso, Deputado Chico Rafael, não é fácil compatibilizar, não é tarefa simples acatar o máximo de emendas possíveis. Por isso quero afixar a V. Exa. que utilizamos um critério absolutamente justo, que foi acatar tudo aquilo que viesse do Colégio de Líderes, e isso foi feito "ipsis literis". Acatamos todas as decisões do Colégio de Líderes.

Quero dizer a V. Exa. que a Comissão de Fiscalização Financeira é integrada por homens sérios, dignos, alguns deles há vários anos neste parlamento, mas são seres humanos, e, vez por outra, podem cometer equívocos; a Comissão não se furtou, em nenhum momento, de dizer que deveriam vir a Plenário para que pudéssemos, transparentemente, discuti-los. Quero pedir desculpas a V. Exa. por me alongar, mas sei que a argumentação que usa neste Plenário é rica, sem dúvida alguma, fruto de uma consistência e de uma paixão energética.

V. Exa. receberá da assessoria o restante, para que tenha conhecimento de toda a peça que produzimos e trouxemos a Plenário, conforme o compromisso da Comissão feito com o Colégio de Líderes, ou seja, o de que iríamos envidar todos os esforços nesse sentido.

Por isso, ontem, estivemos até à meia-noite e meia - e alguns de nós daqui saíram às 2 horas da manhã, para, efetivamente, cumprir o compromisso que fizemos com o Colégio de Líderes de trazer essa peça orçamentária para o Plenário. Deputado Chico Rafael, insisto e confirmo, é V. Exa., junto com os demais Deputados, que dirão "sim" ou "não" a esse relatório que emitimos. Muito obrigado.

O Deputado Chico Rafael - Srs. Deputados, acabei de ser informado pela assessoria da Casa de que a gráfica ainda está rodando as emendas. Os Deputados estão de acordo em votar um monstrego jurídico que sequer está na mesa para ser votado? Os Deputados conhecem quais são as emendas que foram apresentadas ao orçamento para serem votadas? O Deputado tem o direito de saber o que está se passando aqui. Não acredito que uma Casa como esta, constituída de homens de bom senso e experimentados, esteja de acordo em votar aquilo que ainda não consta do projeto e não se encontra na mesa.

Outra coisa: passaram a perna na maioria dos Deputados. Fomos informados de que deveríamos apresentar emendas até o valor de R\$690.000,00, destinadas aos municípios. O Deputado Alencar da Silveira Júnior, réu confesso neste Plenário, disse que apresentou uma emenda de R\$1.300.000,00 em favor da região de Jacutinga, etc. Essa região é do meu interesse e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pois de lá somos. Também poderíamos ter apresentado emenda, porque tínhamos interesse. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva agiu de boa-fé e apresentou emenda de apenas R\$690.000,00. Enquanto isso, o alto clero da Casa apresenta as emendas que quer, fazendo o que deseja.

Neste momento, o Deputado Irani Barbosa está na gráfica, tentando compatibilizar alguns interesses. Estávamos no Colégio de Líderes quando tentaram passar mel em nossa boca, sugerindo que apresentássemos as emendas. É aquelas que não foram acatadas - e foram muitas em favor do Sul de Minas, onde há muitas estradas sem asfalto e carências... Por que isso está acontecendo? O Deputado João Leite é testemunha, pois também lhe fizeram a oferta de que iriam incluir na errata uma emenda destinando R\$10.000.000,00 para Belo Horizonte, para atender a áreas de risco, a ser publicada amanhã.

Ora, Deputados, que Casa é esta, onde não primamos em cumprir o Regimento Interno no orçamento de R\$17.000.000.000,00 do segundo maior Estado do País? É assim que vamos conseguir atender à nossa população, prestigiando o alto clero da Assembléia, que apresentou emendas das mais variadas, destinando milhões de reais para a construção de estradas e as prefeituras? Enquanto isso, nós, Deputados que apresentamos emenda no valor de R\$690.000,00, vamos compactuar com isso? Pergunto aos Deputados que apresentaram emendas de R\$690.000,00 se estão de acordo que determinados Deputados apresentem emendas no valor de R\$8.300.000,00, para a construção de estradas, entre Cachoeira da Prata e Maravilhas, no valor de R\$2.199.000,00 ou entre Arinos e São Francisco, no valor de R\$8.359.000,00? E nós, que apresentamos emendas no valor de R\$690.000,00, vamos aceitar e ficar quietos?

Não sei o teor das outras emendas. Quero crer - e estou começando a acreditar - que não foram publicadas no diário oficial do Estado porque contém outros interesses, para que os Deputados não tomassem conhecimento delas. Não tenho outro raciocínio nem interpretação dessa conduta. Com a desculpa de que se publica amanhã e se resolve sem problema e que é erro material, ora, depois do que está sendo dito, do que está publicado e do que não está, serão convenientes com essa situação da Assembléia? O orçamento é a peça mais importante da organização administrativa do Estado. Não estou com o intuito de fazer obstrução para prejudicar quem quer que seja. Gostaria que nós, Deputados, cumpríssemos o nosso papel e o Regimento da Casa e fizéssemos um orçamento de acordo com a realidade do Estado, sem prestigiar nem preterir ninguém. Passaram a perna em nós e em todos aqueles que apresentaram emendas no valor de até R\$690.000,00. O Deputado Agostinho Patrús, há pouco, interpelou-me, perante o Colégio de Líderes, dizendo-me que, caso não colaborasse...

Continuarei a falar sobre a interpelação que o Deputado Agostinho Patrús fez-me, no Colégio de Líderes, na presença de vários colegas Deputados. Disse-me que, caso eu não colaborasse com a votação do orçamento, teria o maior opositor na Casa. Talvez a minha imaturidade não me deixe entender por que um Deputado não pode pedir que se cumpra o Regimento Interno, seja votado um orçamento transparente e possa conhecer as emendas que está votando. Ainda tenho de aceitar isso de um decano da Casa, dizendo que fará oposição a mim a partir do ano que vem. Qual a razão disso, queridos Deputados? Não estou agredindo ninguém nem a Casa, porque faço parte deste Poder. Queridos Deputados, não podemos conviver com isso. O Deputado Márcio Cunha exaltou-se. Isso é próprio dele por ser um Deputado jovem e vibrante, que costuma defender as suas causas também com grande paixão.

Apresentei várias emendas destinadas ao Sul de Minas. Destinei emenda à cidade de Pouso Alegre, no valor de R\$ 2.000.000,00, e foi rejeitada pelo relator. Apresentei emenda, no valor de R\$400.000,00, para a construção de uma ponte sobre o rio Sapucaí, no Município de Conceição dos Ouros, e foi rejeitada pela Comissão. Apresentei emenda, no valor de R\$2.000.000,00, destinada à pavimentação da estrada que liga Paraisópolis, Consolação e Cambuí, a qual também foi rejeitada pela Comissão. Não deduzi nenhum valor de outras

dotações, simplesmente fiz o desdobramento das próprias dotações do DER-MG e da COPASA-MG. Não tirei recurso de nenhuma entidade. Apresentei emenda, no valor de R\$2.000.000,00, destinada à pavimentação da estrada que liga os Municípios de Toques do Mogi e Borda da Mata, na região Norte, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mas não conseguimos nada, porque a relatoria atendeu aos caciques da Casa. A plebe e o baixo clero, aqui, não têm vez. Temos de nos abaixar cada vez mais, para aceitar as imposições do alto clero da Casa. Não podemos aceitar isso.

Apresentei, também, uma emenda, no valor de R\$1.500.000,00, destinada à pavimentação da estrada que liga a Rodovia Fernão Dias ao Município de Bom Repouso. Também essa emenda foi rejeitada pela Comissão. Apresentei outra, no valor de R\$500.000,00, para ligar o Município de Camanduacaia a Monte Verde. Também foi rejeitada pela Comissão. Pergunto: por que foram acatadas emendas do alto clero da Assembléia? Indago a todos os senhores, que têm bom senso: por que vamos votar um orçamento sem saber o que estamos votando? As emendas sequer chegaram, até agora; estão na gráfica. A Assembléia irá cometer essa heresia, esse abuso, esse esbulho em relação ao Regimento e à Constituição do Estado, votando sem saber em quê? Volto a dizer que serão colocadas emendas que nem sabemos o que contêm. Faço um apelo veemente e dramático a todos os Deputados. Temos que exercer o nosso mandato e, pelo menos, tomar conhecimento do conteúdo dessas emendas que estão para ser votadas.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Chico Rafael, agradeço o aparte que V. Exa. me concede. Quero dizer que, para mim, para toda a Bancada do PT e, seguramente, para todos os Deputados, é motivo de orgulho e de alegria a sua presença entre nós, por sua dedicação, competência e empenho para que o nosso Estado seja cada dia melhor. Compartilho suas preocupações. Vivemos uma situação grave não somente quanto ao orçamento que está sendo discutido agora, mas também em muitas outras situações nas quais V. Exa. teve a oportunidade de se manifestar com essa mesma ênfase, mostrando sua preocupação em garantir que tanto a Assembléia Legislativa quanto todos os outros setores governamentais empenhem-se em tornar nosso Estado cada vez mais justo e equânime.

Antes de fazer minhas reflexões, Deputado, se V. Exa. permitir, quero desejar a V. Exa., a todos os colegas Deputados e Deputadas um Natal muito feliz. Estendo os votos aos trabalhadores desta Casa, que tanto nos têm ajudado, desde o pessoal da limpeza até os técnicos mais gabaritados, do mais alto nível, que têm dado uma enorme contribuição ao desenvolvimento desta Casa, dedicando seu tempo, seu trabalho, sua energia em favor da nossa evolução. Desejo a todos os trabalhadores da Assembléia Legislativa um Natal muito feliz e que possamos nos revestir da energia mais positiva para entrar no próximo milênio com toda a força e determinação de fazer o Estado evoluir no sentido do Estado Democrático Direito, de transparência e de justiça.

Quero trazer algumas reflexões. V. Exa. fala das injustiças praticadas no Estado, mas esse não é um fruto do trabalho da Assembléia Legislativa e das mazelas existentes entre nós. O problema reside na origem do orçamento: ele é injusto na origem, organização e proposição. A responsabilidade não é apenas da Assembléia, pois ele já vem com os problemas graves da distribuição e partilha incorreta dos recursos. Se V. Exa. analisar com carinho, verá que sua região está muito mais bem contemplada que a da Deputada Maria José Haueisen, dos Deputados Wanderley Ávila e Ermano Batista e de tantos outros, como o Alto Paranaíba, o Triângulo Mineiro, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, etc. A distribuição é malfeita. O Governo não soube fazer um planejamento adequado e não nos encaminhou uma peça que merecesse ser tratada como um plano de orçamento para o próximo ano.

O erro está na origem e no nosso comportamento, considerando a forma como tudo foi conduzido. Reconheço e parabeno o esforço, o empenho e a preocupação de todos os relatores em fazer, sem influências externas, uma peça essencialmente da Assembléia Legislativa, como foi colocado na discussão entre os Líderes. Não foram felizes ao tratar, de maneira tão fechada, a questão, mas avançamos. A Assembléia Legislativa, com todos os seus defeitos, avançou.

Vamos analisar, por exemplo, a questão da Emenda nº 29, da Constituição Federal, que determina o mínimo de recursos para a saúde. O Governo do Estado, em sua mensagem, disse que priorizará a saúde, a segurança e as questões sociais; no entanto, nem a determinação constitucional estava cumprindo. Nós, Deputados, porém, percebemos a situação e, com nossa atuação decisiva, conseguimos garantir mais investimentos e melhores condições para a saúde, como determina a Constituição. Com todos os defeitos da proposta orçamentária, se analisarmos a distribuição nas diferentes regiões, veremos que melhorou, apesar de não estar de acordo com o nosso desejo, pois poderia ser mais justa. De acordo com seu argumento, poderíamos dizer que todos, com exceção do Sul e da região central, estávamos prejudicados, uma vez que representamos regiões que precisam de recursos em razão da carência e da necessidade ou da potencialidade de desenvolvimento.

Então, quero dizer que, com todos os defeitos, avançamos um pouco nessa peça. Estamos aprendendo, Deputado Chico Rafael, o que não aprendemos no passado, porque esta Assembléia Legislativa, atualmente sob a coordenação do Deputado Anderson Aduato, mudou seu perfil e sua maneira de ver e fazer as coisas. Estamos num processo de aprendizagem, em que a construção, a votação, a fiscalização e a execução do orçamento será diferente. Assim, tenho a convicção de que, com todos os defeitos, avançamos um pouquinho, mas vamos avançar muito mais no próximo milênio e no próximo século, porque, com a independência e a capacidade dialógica desta Casa, gerada em razão dos problemas conjunturais, seremos melhores. Com todos os defeitos, faremos desta Assembléia Legislativa um espaço de representação popular respeitado e querido pelo povo. V. Exa. coloca uma questão muito preocupante: há várias emendas não analisadas. Mas discutimos, no Colégio de Líderes, que nenhum de nós iria votar sem tomar conhecimento de todo o teor delas.

Então, porque não foram publicadas, não significa que vamos votar sem conhecê-las. Antes de votar qualquer emenda, o conjunto das emendas e o orçamento, vamos conhecê-las. Caso contrário, por falta de conhecimento ou dúvida, poderemos votar coisas que prejudiquem os interesses de Minas. Por isso, acho que devemos destacá-las e rejeitá-las. Assim, poderemos avançar. Mas, se tomarmos todas as emendas que faltam, que não vieram aqui, posso assegurar, categoricamente, por tudo que já foi apresentado, que não representam nem 0,5% do conjunto dos recursos que V. Exa. expôs como R\$17.500.000,00.

Reconheço a preocupação de V. Exa., compartilho dela, mas o pior seria se, neste final de ano, não apresentássemos ao povo de Minas um orçamento, com todos os defeitos, mas consolidado e votado. O Orçamento pode ter muitos problemas, mas o não-Orçamento é muito mais grave. E não digo isso em razão do conteúdo, do problema das emendas, é a natureza do Governo. E não é só desse, é de governos sucessivos, que não aprenderam a respeitar as determinações legais e constitucionais, com todos os defeitos que têm. Acho que esses defeitos podem e serão superados em razão de um acordo de Líderes. Por isso, como Líder do PT, solicito a suspensão da reunião para que seja feito esse acordo. Se houver entre nós um acordo para que possamos apresentar ao povo de Minas, com todos os problemas, esse orçamento, estaremos oferecendo mais do que o não-orçamento. E o não-orçamento é dar um cheque em branco a um Governo que tem algumas e importantes características positivas, mas tantas outras merecedoras de críticas as mais severas. Muito obrigado.

O Deputado Chico Rafael - Nobre Deputado Adelmo Carneiro Leão, a sua coerência de pensamento, de raciocínio enriquece muito esse modesto pronunciamento nosso. Com homens como V. Exa., é que aprendemos a atuar na vida parlamentar. Eu o tenho como uma das grandes referências desta Casa. Quero me unir ao senhor quando diz que as injustiças que temos são decorrentes de um processo longo e histórico, mas cabe a nós, homens públicos, parlamentares, que prometemos, em praça pública, o cumprimento da lei, da moralidade, da transparência, neste momento em que decidimos a vida fiscal e orçamentária deste Estado, debruçar-nos com mais cuidado, com mais empenho e não deixar coisas dessa natureza acontecerem. Temos o relatório do orçamento do Estado apresentado quase à meia-noite de ontem e publicado aos pedaços pela imprensa. Agora, de última hora, também aceitando emendas para agradar aos Deputados. Acho que não é dessa forma que a Assembléia Legislativa de Minas vai sequer iniciar o processo de correção das injustiças que temos no País e no Estado. É uma pena. Lamento profundamente ver a peça orçamentária do Estado ser tratada dessa forma, muito embora V. Exa. tenha trabalhado arduamente, principalmente no setor da saúde, que é sua área específica. Graças a V. Exa., foi detectada a ausência de recursos no setor de saúde, e, por meio de um acordo do Colégio de Líderes, pudemos incluir emendas para atender esse setor, inclusive o Hospital Regional de Pouso Alegre, com uma verba de R\$700.000,00 para ampliar os serviços de hemodiálise, psiquiatria e oncologia.

Com relação ao fato de nossa região ser contemplada com o maior percentual do Estado, o Sul de Minas está em plena pujança econômica. O Estado precisa investir na região para manter e atrair o setor industrial de São Paulo, que hoje já não consegue conviver naquele verdadeiro inferno que se transformou a Grande São Paulo. Então, muitos empresários estão saindo e procurando outras regiões, e o Estado precisa atraí-los para o Sul de Minas.

Com isso, certamente, vamos conseguir, por meio da arrecadação do ICMS e de todos os impostos, a geração de novos empregos, postos de trabalho e vamos conseguir recursos para que o Estado possa olhar, cada vez mais, os irmãos tão desamparados do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas, com os quais também muito me preocupo. O Estado precisa ter ações mais efetivas nesse setor, não por meio de medidas emergenciais, como dar cestas básicas, mas de investimentos públicos para gerar postos de trabalho, o povo ter condições dignas de vida e não ser obrigado a se submeter ao suplício de viver com uma cesta básica.

O Deputado Agostinho Patrús (em aparte) - Deputado Chico Rafael, V. Exa. relatou um fato ocorrido na reunião de Líderes que foi o que aconteceu. Na realidade, como o parlamentar mais antigo desta Casa, com cinco mandatos - sei que V. Exa. está iniciando o seu primeiro mandato e tem a mesma preocupação com o Estado -, a minha grande preocupação é que, se não votarmos o orçamento e ficarmos preocupados com pequenos detalhes, favorecimentos de emendas de um Deputado ou outro, que, tudo somado, não representa R\$20.000.000,00, vamos inviabilizar o Governador no mês de janeiro, porque, naquele mês, terá que utilizar um doze avos do orçamento de 2000.

O que vai acontecer, Deputado Chico Rafael? O Governador que está contando, para o ano 2001, com um orçamento de R\$17.000.000.000,00, só vai poder usar um doze avos de menos de R\$14.000.000.000,00, que foi o orçamento votado e aprovado e que é o orçamento do Estado para 2000.

Em outras palavras, o Governador, que estava contando, orçamentariamente, com R\$1.500.000.000,00, aproximadamente, para janeiro, vai contar com menos de R\$1.200.000.000,00. Com isso, o Governo, possivelmente, não terá condições de pagar seus compromissos da dívida, o funcionalismo público e outras despesas indispensáveis.

Então, a minha preocupação e exaltação, e até peço desculpas a V. Exa., é exatamente a preocupação de que o Governador Itamar Franco fique inviabilizado e, com toda a razão, coloque a culpa na Assembléia Legislativa. Ele estará com todo o dinheiro do IPVA arrecadado em janeiro e ficará impossibilitado de utilizá-lo, porque só poderá utilizar R\$1.200.000.000,00 ou menos do que isso, porque, orçamentariamente, a Assembléia Legislativa só definiu isso para 2000, que era o que havia. Então, não poderá utilizar os R\$3.000.000.000,00 de crescimento da receita de Minas para 2001, o que equivale a mais de R\$250.000.000,00 por mês.

Então, Deputado, a minha preocupação é essa. Acho que temos que nos debruçar sobre os aspectos maiores do orçamento e, se houver algum equívoco maior, devemos corrigi-lo.

O relatório foi feito pela Comissão de Fiscalização Financeira, acredito, com a melhor das intenções. Deve haver imperfeições, e aqui estamos para analisá-lo. Faremos os destaques, as correções necessárias, o Governador terá 30 dias para apresentar seus vetos àquilo que for impossível atender. Além disso, o que o Governador não deseja vetar, não precisa fazê-lo, porque o orçamento é apenas autorizativo. Estamos nos apegando a pequenos detalhes e deixando o Governador sem orçamento para 2001, impossibilitando que utilize os recursos arrecadados no mês de janeiro. Ficará com o dinheiro no Banco, mas sem poder gastá-lo.

Peço a reflexão do nobre colega porque precisamos pensar responsabilmente o Estado. Sei que V. Exa. é responsável, e poderemos corrigir o que estiver errado, mas o pior erro que cometeremos é o de deixar o Governador sem orçamento para 2001, impossibilitado de cumprir suas obrigações, sendo a Assembléia culpada por isso. Com a experiência que tenho, se não votarmos o orçamento hoje, somente o faremos após 15 de fevereiro, porque os Deputados viajam, dificultando a existência de "quorum", ou seja, a presença de 39 Deputados. Apenas 1 Deputado, pedindo verificação, segura o orçamento até 15 de fevereiro, ficando o Governador sem orçamento, sendo culpa desta Assembléia. Deixo bem clara minha posição. Nada tenho contra V. Exa., que tem procurado estudar detalhadamente todos os projetos que chegam. Apenas trago a preocupação de quem tem a experiência de cinco mandatos, já viveu, nesta Casa, situações as mais diversas. O mais importante é pensar Minas e ter responsabilidade para com o Estado. Muito obrigado.

O Deputado Chico Rafael - Deputado Agostinho Patrús, este ato de nobreza de V. Exa., tendo a humildade de pedir desculpas perante seus colegas pelo que se passou no Salão Nobre, demonstra que é um homem de espírito desprendido, grandioso. Tenho seguido suas orientações por diversas vezes. Após seu posicionamento, digo-lhe que continuarei a seguir suas orientações, muito embora tenhamos algumas divergências como a que ora se apresenta. Não prego a votação contrária ao orçamento nem desejo deixar o Governo do Estado sem o orçamento. O que critico é o tratamento que foi dado a todos os Deputados, principalmente aos iniciantes, com relação às emendas parlamentares. Falo do descumprimento do Regimento Interno, porque, a despeito da necessidade que o Estado tem do orçamento, dela não me deixo convencer sem saber, pelo menos, o que estamos votando. Precisamos conhecer o que estamos votando hoje, amanhã, em janeiro ou fevereiro. Os parlamentares têm o direito de saber o que estão votando. Não podemos, simplesmente, achar que está tudo certo, que o Estado necessita do orçamento, e votá-lo de qualquer jeito. Não é essa a nossa função. Como vamos corrigir as injustiças e imperfeições do orçamento se não nos debruçarmos sobre ele, se não o analisarmos com mais cuidado, com profundidade, se não avaliarmos e estudarmos as emendas que não chegaram até agora?

As emendas ainda estão na gráfica, onde, acredito, votaremos o orçamento. Sr. Presidente, é melhor transferir a sessão da Assembléia para a gráfica.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pela preocupação com a forma pela qual gostaria que o orçamento estivesse sendo conduzido. Entendo a preocupação do ilustre Deputado. Mas quero divergir de algumas vezes em que V. Exa. se coloca como sendo um Deputado do baixo clero. Não é esse o conceito que a Casa tem de V. Exa. Pelo contrário, ainda ontem, o ilustre Deputado acabara de relatar um projeto importantíssimo de organização e divisão judiciária, o que revela que o Deputado Chico Rafael não é visto como uma pessoa que não exerce liderança nem influência, pelo contrário, tem muita influência, exerce grande liderança e, apesar de estar aqui há apenas dois anos, sua passagem tem demonstrado que, com pouco tempo, consegue impor-se e fazer-se respeitar no local de trabalho. Nesse aspecto, quero dizer que V. Exa. não é considerado um parlamentar do baixo clero, pelo contrário, merece respeito e destaque pela disposição com que tem desenvolvido seus trabalhos. Gostaria de fazer apenas duas observações para que V. Exa. as avaliasse. Em primeiro lugar, se alguma coisa está contida no orçamento e fere a conveniência administrativa do Estado, o Governador poderá usar da prerrogativa do veto. Nesse caso, voltaria para a Assembléia, em outro momento, para a discussão do veto.

A segunda razão é que deixar de votar o orçamento deixaria uma marca no Poder Legislativo, ou seja, deixamos de cumprir um dos maiores e mais importantes papéis que o parlamento tem a exercer. E tenho a certeza de que não é esse o espírito de V. Exa. Sua preocupação com relação à forma, aos detalhes, à maneira com que se conduz, de fato, desperta uma reação. Mas tenho certeza de que a Assembléia Legislativa, que tanto tem contado com a participação de V. Exa., contará, uma vez mais, com sua colaboração nesse episódio. Tenho certeza de que o Governo do Estado, naquilo que exceder os limites administrativos de seu desejo, terá, também, a prerrogativa de vetar, o que, naturalmente, será feito. Agradeço o aparte.

O Deputado Chico Rafael - Muito obrigado, Deputado Sebastião Costa, pelas referências à minha pessoa, principalmente partindo de um Deputado que considero do mais alto clero da Casa, pela experiência, pelo conhecimento e pela bagagem.

O Deputado Sebastião Costa afirmou que, se o Governador não concordar com o que votarmos, poderá vetar o dispositivo. E a Assembléia também poderá derrubar o veto.

Não podemos trabalhar na lógica de que vamos votar um projeto com as emendas na gráfica e depois deixar o Governador vetá-lo. Não é dessa forma que devemos conduzir nossos trabalhos.

Vim para esta Casa pensando no cumprimento de um Regimento Interno, nas discussões dos projetos, nas avaliações das questões que são colocadas na Casa com maior profundidade. Quando vejo um projeto dessa natureza e importância ser tratado dessa forma, é profundamente entristecedor e desanimador. Tira-nos o estímulo de trabalhar, de dedicar-nos. A impressão que se tem é "deixa como está para ver como fica". Não é dessa forma que nós, Deputados, que temos a obrigação de representar os 17 milhões de mineiros, temos de agir.

Quero pedir aos colegas que me perdoem a impetuosidade com que coloco as questões, mas isso é próprio da minha vontade de tentar fazer alguma coisa para mudar o que estamos vivendo em Minas e no País. Nós, homens públicos, temos essa responsabilidade. Temos de continuar pensando que será pelo processo político que vamos mudar alguma coisa.

Sr. Presidente, até o momento, não chegaram as emendas, e os Deputados estão se preparando para votá-las. Repito: Sr. Presidente, podemos transferir a sessão da Assembléia para a gráfica e votar lá, perante as máquinas onde estão rodando as emendas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, obrigado pela paciência de terem me ouvido. Aproveito os últimos segundos do meu pronunciamento para desejar a todos os senhores um feliz Natal e um ano novo de paz e saúde. Perdoem o Deputado Chico Rafael pelos excessos que cometeu; se o fiz, foi involuntariamente. Mesmo assim, em nome de uma causa maior, de um bem maior, que é o bem-estar do nosso povo. Um ano novo de paz e saúde para todos os colegas Deputados; um feliz Natal a todos os colegas, a todos que nos ouvem, aos assessores da Casa, à imprensa e, principalmente, ao povo querido de Pouso Alegre e de todo o Sul de Minas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, todos sabem que a Bancada do PSB encontra-se em processo de obstrução. Tenho a missão de usar meu tempo regimental de 1 hora para fazer a discussão do projeto. Mas o objetivo claro é um processo de obstrução.

Na minha vida de magistério, por várias vezes, tive a honra de ser convidado para participar de formaturas de turmas. A Deputada Maria José Hauelsen, seguramente, viveu isso muitas vezes. É uma emoção gratificante participar de uma solenidade de formatura de ex-alunos.

Sempre insisto que o magistério, de todas as funções do homem, talvez seja a que permita um permanente exercício de imortalidade. A renovação das gerações faz com que também se renove, em cada um dos professores, o desejo de construir um mundo melhor, de construir pessoas e cidadãos.

Por várias vezes, fui paraninfo de turma. Em meus pronunciamentos, usei uma figura de pensamento: o cansaço desse dia de hoje, longo dia de espera, espera de reuniões intermináveis, reuniões menos públicas do que talvez deversem ter sido, impedem-me de lembrar o autor. Mas dizia esse autor que, cada vez que nos encontramos diante de uma situação difícil, ao longo de nossa vida, talvez um bom momento de aconselhamento possa ser obtido quando percorremos em nossa imaginação, um pouco de trás para frente, a trajetória da nossa vida.

Vamos imaginando o que fomos no ano anterior, o que fomos na juventude, o que fomos na infância. Invariavelmente, vamos buscar a referência imorredoura que trazemos conosco até o final de nossos dias. Essa referência acaba sendo e acaba nos levando até nossos pais. Hoje, sendo comunicado pela Liderança, pelo Deputado Chico Rafael, que o partido estaria participando desta reunião com o objetivo de obstruir a votação, fiz esse exercício. Fazer esse exercício, para mim, em vez de me transportar, por meio do imaginário, para fora desta Casa, traz-me, cada vez mais, para dentro dela.

Nasci em 1957, e meu pai, como todos sabem, foi Deputado durante longos anos. Ele foi eleito sucessivamente, durante cinco mandatos; o primeiro, em 1958. Isso fez com que boa parte das minhas referências originais, familiares convergissem para esta Casa. E o exercício que pretendia fazer para transportar-me para fora deste ambiente, tentando buscar uma orientação, acabou, contraditoriamente, trazendo-me mais para dentro da Assembléia Legislativa.

Ora, como esta Casa já foi diferente, pelo menos no meu imaginário, e é o que conta para mim. Como pensava diferente, andando nos corredores da Assembléia da Rua Tamóios, quando não havia essa maldita arquitetura das casas legislativas, inaugurada no Congresso Nacional, em que cada parlamentar tem uma máquina eleitoral, cada Deputado tem o seu gabinete. Não havia isso. Isso se inaugurou, paradoxalmente, com a arquitetura genial de Oscar Niemeyer no Congresso Nacional. Havia, na Assembléia Legislativa da Rua Tamóios, a sala dos partidos. Quando queria encontrar meu pai, onde o encontrava? Ou no Plenário, ou na sala do PR, do Partido Republicano. Como era diferente! Essa arquitetura original do parlamento de Minas era muito melhor, pois forçava, por exemplo, o convívio dos parlamentares do mesmo partido. Esse convívio, por sua vez, fazia com que se gerassem identidades: compartilhavam a mesma sala, a mesma assessoria, os mesmos projetos, os mesmos ideais, a mesma posição em relação ao Governo. E eu acreditava firmemente que o que presidia as ações de cada parlamentar desta Casa era aquilo que ele interpretava como a expressão do interesse do povo de Minas Gerais. Como era bonito para mim imaginar, ainda menino, que o meu pai era um dos homens a quem a população de Minas Gerais havia delegado a função de interpretar o seu interesse!

Por que pensei em fazer essa digressão, essa regressão à minha história? Srs. Deputados e Sras. Deputadas, temo ser levado a concluir que estamos nos perdendo desse mote. Esse é o único mote plausível e que justifica a nossa presença na Casa.

Ora, confesso que não acompanhei de perto a discussão do orçamento, matéria árida e complexa para mim, como para a maioria dos pares. Mas a votação do orçamento é, talvez, a principal atribuição que a Casa tem, na expressão do seu compromisso com o povo de Minas Gerais. Aí surge a dúvida. O que estamos vivendo neste momento e nos últimos dias pode ser definido como nosso maior esforço em prol da população de Minas Gerais? Isso é o melhor que podemos fazer pelo Estado? Será que isso que estamos fazendo é o melhor que conseguimos oferecer dos poucos recursos que o Estado tem? Ele hoje tem uma renda "per capita" cerca de 30% menor que a do País, que é baixa.

Há Deputados que representam regiões paupérrimas. Então, será que aqueles que confiaram e confiam em nós e nos injetam de energia cada vez que nos reencontramos em nossas bases, será que o melhor que podemos fazer é o que estamos fazendo? É a grande pergunta que me faço hoje. Infelizmente, Srs. Deputados, o que me parece restar claro das discussões, dos debates e, até, de alguns atritos e dessas intermináveis reuniões, buscando alguma forma minimamente aceitável de votar o orçamento ainda hoje, o que me resta concluir é que não estamos fazendo o melhor que poderíamos.

Não podemos fazer nada a menos para a nossa gente do que o melhor que pudermos fazer. Essa é a grande angústia. Isso é o que deve ser colocado no outro prato da balança do nosso cansaço e do nosso desejo de concluir o ano legislativo. Esperamos reencontrar as pessoas que nos recarregam de energia com a sua confiança. Isso precisa ser pesado e medido. Será difícil que se consiga "quorum" em outro dia. O Deputado Agostinho Patrús disse - e é verdade: será que porque é difícil vamos desistir e votar qualquer coisa? Será que podemos votar qualquer coisa, ou seja, aquilo que nem sabemos se é bom ou ruim? A matéria se encontra indisponível. Será que podemos votar um orçamento que submete o Estado ao risco de ter o orçamento frágil, do ponto de vista jurídico, por ter quebrado um princípio basilar do processo legislativo, que é a prévia publicidade?

Imaginem como amanhã a Casa vai responder à seguinte pergunta (trata-se de pergunta imaginária, e, talvez, ninguém nos faça com essa forma e veemência): Deputados destinatários da nossa confiança, estamos vendo o orçamento que votaram. Não vimos publicado esse dispositivo, artigo número tal, embora tenha compulsado todos os diários oficiais anteriores. Como o senhor votou, Deputado?

Votamos dispositivos que sequer foram publicados e sequer foi dado o direito ao povo de Minas Gerais de conhecê-los, como é de direito, pelo diário oficial. Poderíamos dizer que estávamos cansados, era final de ano e estávamos na undécima hora. Cada um tinha um compromisso marcado, ceias de Natal programadas, aviões esperando para levá-los às suas cidades. Então, tínhamos de votar de qualquer maneira, para ficarmos livres disso. Não terei coragem de dizer isso. Não direi que votamos, seja o que for, porque não nos foi dado o direito de conhecer o que votamos, mesmo que fosse ótimo. O mínimo de respeito às regras do jogo da democracia representativa deveria dar-nos coragem para dizer: como teria sido bom se tivéssemos conseguido terminar o ano legislativo naquela noite. Seria mais cômodo. Todos viajaríamos. Que pena que não deu.

Temos de ter a coragem e a dignidade de dizer que não deu e não foi possível votar o orçamento hoje, porque não houve um pré-requisito atendido, ou seja, a publicidade. O Deputado Chico Rafael, que me antecipou, na condição de Líder do PSB na Casa, traçou a nossa estratégia e cobrou, reiteradas vezes, o relatório que votaríamos. Concedo aparte ao Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Poucas vezes, temos o prazer de ver um orador como V. Exa., que fala tão bem, principalmente para preencher o tempo, porque, para isso, precisa-se de muita criatividade. Há muito o que fazer nesta Casa. Por exemplo, um assessor, neste momento, está elaborando a errata que será lida. O Deputado Chico Rafael e V. Exa. estão fazendo obstrução e não estão com a intenção real de conhecer essa peça orçamentária que está sendo realizada. Essa errata está sendo feita no Plenarinho IV, com toda a clareza, e todos podem entrar. Em nenhum momento, lembro-me de ter visto V. Exa., desde que a peça orçamentária entrou nesta Casa, pedindo para ver parte do relatório, ou para discutir qualquer emenda que estava sendo feita para atender ao Estado de Minas Gerais e a Belo Horizonte, ou, mesmo, para fazer uma leitura simples do orçamento.

Talvez V. Exa. não tenha tido tempo, durante o período em que passa nesta Casa, ocupando a tribuna, de ter corrido o olho sobre ele, para ver o que se podia ou não fazer para orientar o Deputado que não deve saber fazer um orçamento, visto que houve tantas críticas. Passamos muitas noites em claro, ajudando a formar essa peça. Poderíamos ter contado com a criatividade de V. Exa., que tão bela oratória tem. Quem sabe poderia nos ajudar a transcrever o que os outros Deputados gostariam que fosse colocado no orçamento, para que pudesse ter a clareza que tanto se fala hoje que não tem. Aqueles que acompanharam essa peça orçamentária a conhecem perfeitamente.

Agora, se eles, em nenhuma hora, estiveram comigo, com os Deputados Márcio Cunha, Rêmo Aloise, Eduardo Hermeto - que chegou a fazer parte do conjunto orçamentário até se bandear para o lado do Governo também - não tem jeito de discutir. Mas discutir para a tribuna, para quem queira ouvir ou porque tem televisão ligada, e a mídia está transmitindo... Não, precisamos ser sérios com aquilo que fazemos. Tão sérios como nós, que estivemos o tempo todo preocupados em fazer isso. Mas aqueles Deputados que prestaram atenção e estavam, realmente, preocupados com o Estado e não somente com a demagogia e a oratória, esses tiveram conhecimento. V. Exa. pode ter a certeza de que existe tanta fundamentação no orçamento quanto na discussão que tivemos nas várias reuniões de Líderes, em que se discutiu o que poderia e o que não poderia entrar.

Então, quero dizer a V. Exa. que, em momento algum, as palavras ditas pelo Deputado Chico Rafael, agredindo verbalmente as pessoas e falando em conluio, nisso ou naquilo, atingiram-me. Atingem, sim, aqueles que não participaram do orçamento e estão a serviço de alguma coisa que não é em benefício do povo de Minas Gerais nem da democracia. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. Gostaria de cumprimentá-lo. Fomos colegas na Câmara Municipal de Belo Horizonte, e quero ratificar e revelar a admiração que tenho pela inteligência de V. Exa. Como parlamentar, homem público e como pessoa, V. Exa. é admirável. Já tive a oportunidade de dizer isso. Sem dúvida alguma, V. Exa. enaltece este parlamento.

Ouvi-o fazer a digressão sobre sua vida pessoal, contextualizando-a na situação de hoje. Ocorreram-me, então, alguns aspectos. Em primeiro lugar, sem dúvida alguma, V. Exa., ao acompanhar todos esses acontecimentos, salvo melhor juízo, sabe que esta Casa sempre votou o orçamento. Hoje, mais do que tudo, o que se espera de nós é que votemos o orçamento. Também, ilustre Deputado, somos colegas de primeira legislatura. Portanto, é absolutamente natural, por mais que conheçamos o Regimento Interno, com 228 páginas, que nos esqueçamos, vez por outra, de nortear nossas ações por ele, não apenas no que se refere ao conhecimento, mas também em uma ou outra atitude.

Ao apartear o ilustre Deputado Chico Rafael, dizia que a assessoria da Casa estava preparando, em primeiro lugar, uma errata. Infelizmente, algumas coisas deixaram de ser publicadas. Essas questões estão sendo resolvidas por meio do Colégio de Líderes. Isso está sendo processado agora. A Assembléia não dispõe de um jornal, e temos dificuldades técnicas. Mas, mais do que isso, gostaria de fazer a leitura da Subseção II do Regimento Interno: (- Lê:) "Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e de Crédito Adicional. Art. 206 - As emendas ao projeto da Lei do Orçamento Anual ou a projeto que vise a modificá-la somente podem ser aprovadas se: (...) Art. 207 - Os projetos de que trata esta subseção serão publicados apenas em sua essencialidade".

Vou repetir, ilustres Deputados, para aqueles que tenham alguma dúvida a respeito desse assunto: (- Lê:) "Art. 207 - Os projetos de que trata esta subseção" - é a subseção que fala sobre o Plano Plurianual, o PMDI e o orçamento anual - "serão publicados apenas em sua essencialidade".

Mesmo assim, a assessoria da Casa fez um esforço incomum. Quero, aproveitando a presença do Presidente Anderson Adauto, fazer uma referência elogiosa, em nome de todos os Deputados, a ela e prestar-lhe uma homenagem pela competência, dedicação, zelo e presteza. É, realmente, digna deste parlamento. Quando aqui cheguei, após ser Vereador por Belo Horizonte durante 16 anos, tive preocupação por encontrar-me em uma Casa diferente, com novos horizontes, mas estou hoje muito mais seguro, porque posso contar com essa assessoria, com todas as suas qualidades. Portanto, em nome da Comissão de Fiscalização Financeira e de todos os Deputados, congratulo-me com a assessoria da Casa e a homenagem, por seu brilhantismo. É uma área técnica, composta por profissionais concursados e competentes, que estão se dedicando para que tenhamos à disposição todos esses elementos.

Deputado Sávio Souza Cruz, meu colega na Câmara e, hoje, na Assembléia, cumprimento V. Exa. e afirmo que, por parte de nossa Comissão, estamos absolutamente dispostos e abertos a quaisquer esclarecimentos. Todos acompanhamos sua brilhante carreira. Logo no início deste Governo, por sua tenacidade e capacidade, foi distinguido entre nós, para ocupar uma Secretaria e, posteriormente, para atuar como Líder do Governo. Recentemente, deixou esse cargo e, conseqüentemente, deixou de comparecer a algumas reuniões do Colégio de Líderes, o que impossibilitou, em parte, um acompanhamento mais profundo, como é sua vontade, desse aspecto orçamentário. Mas, mais uma vez, chamo sua atenção, já que V. Exa. tem uma compreensão deste parlamento e do Governo do Estado, para o seguinte fato: não foi fácil produzirmos esse parecer. E insisto nisso: V. Exa., como os pares presentes, darão a palavra final, transparentemente. Não há, da parte da Comissão de Fiscalização Financeira, nenhuma intenção de deixar algo sem resposta. A Comissão é constituída de seres humanos que podem cometer erros, mas teremos a dignidade de reconhecê-los, pois nossa intenção foi a de atender esta Casa e todos os 77 Deputados. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Agradeço o aparte de V. Exa. e, antes de aduzir comentários sobre ele e sobre o do Deputado Irani Barbosa, quero conceder aparte ao Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado Sávio Souza Cruz, o orçamento chegou a esta Casa há três meses. Já que V. Exa. vai responder aos Deputados Irani Barbosa e Márcio Cunha, pediria que fizesse uma avaliação dessa matéria. Como V. Exa. viu esse período de emendas ao orçamento?

Vou aproveitar para lembrar que o nobre Deputado Chico Rafael também apresentou emendas ao orçamento. E não foi pouco, não. Foram R\$8.000.000,00 apresentados pelo Deputado Chico Rafael. Gostaria de lembrar que, quando apresento uma emenda beneficiando a cidade de Jacutinga, ela vai beneficiar todo o Sul de Minas, até a divisa. De Jacutinga até a divisa com o Estado de São Paulo, são 15km de estrada de terra. Quando atravessamos a divisa, há uma placa dizendo: "Você está entrando em São Paulo. Seja bem-vindo ao Estado de São Paulo". A partir daí, está tudo asfaltado.

Então, essa emenda vai beneficiar toda a região, e não é o Deputado Alencar da Silveira Júnior ou o Deputado Dalmo Ribeiro Silva ou o Deputado Chico Rafael o responsável. Acho que vamos beneficiar toda uma região. O Deputado Chico Rafael fala que é um absurdo R\$1.300.000,00 para essa estrada, mas ele também é votado lá. A emenda pode ser do Alencar, pode ser do João, do Antônio ou do Manoel. Na hora de inaugurar, vai estar lá Sebastião Navarro Vieira, Chico Rafael, Dalmo Ribeiro Silva, Alencar da Silveira Júnior e todos que são votados lá. É uma reivindicação da comunidade, da população. Não adianta falar, todos sabem que a necessidade existe.

É lógico que, atendendo ao Prefeito Pieroni, colocamos no orçamento R\$1.300.000,00 para o asfaltamento da cidade de Jacutinga até a divisa. E ali teve o voto e a aceitação do colegiado de Líderes, onde há representação do meu partido, do partido do Dalmo Ribeiro Silva, do partido de Chico Rafael e de outros Deputados que são votados ali. Eu faria até um pacote de emendas. Temos de brigar para que essas emendas sejam cumpridas. Quantas vezes já cheguei para o Deputado Sávio Souza Cruz e pedi que ele me ajudasse a liberar o dinheiro para as câmaras de monitoração do Centro da cidade? Vamos fazer um trabalho conjunto.

E V. Exa., que é votado em Belo Horizonte, está ajudando. O que foi feito para Belo Horizonte estará agradando aos Deputados Alencar da Silveira Júnior, Sávio Souza Cruz, Chico Rafael, porque, afinal de contas, a ambulância de Pouso Alegre chega a Belo Horizonte trazendo doentes. O nosso ex-Secretário da Saúde disse que, fazendo por Belo Horizonte, estaremos fazendo por todos nós. O Deputado Alencar da Silveira Júnior colocou emendas? Sim, colocou onde ele é votado. Se ele é votado em Belo Horizonte, temos de ajudar o Célio de Castro, porque o Prefeito, sozinho, não consegue nada. Temos de ajudar Belo Horizonte, senão tudo continuará um caos. A BHTrans vai continuar colocando seus caça-níqueis, que são os semáforos, para arrecadar dinheiro. Está na hora de pedirmos ao Governo do Estado que ajude o Prefeito Célio de Castro a computadorizar todos os semáforos de Belo Horizonte. O Governo tem de ajudar.

Ajudando a saúde de Belo Horizonte, estará ajudando a todos nós, Deputados Sávio Souza Cruz, Elaine Matozinhos, João Batista de Oliveira. E, por falar no companheiro João Batista de Oliveira, gostaria de justificar a sua ausência: encontra-se acamado, com problema de saúde, mas está melhor e me ligou antes do aparte, pedindo que desejasse a todos um feliz Natal.

Se a saúde está mal, o meu eleitor me cobra e faz o mesmo com V. Exa., Deputado Sávio Souza Cruz. Se o transporte está um caos e se os soldadinhos estão multando todos nós, para pegar dinheiro para melhorar o trânsito e se Belo Horizonte não tem uma grande obra, o que acontece? Temos que ajudar. V. Exa. vai ajudar, e nós temos que ajudar. Então, o que fiz? Coloquei dinheiro do orçamento para a cidade do Serro, onde obtive 2.800 votos. Nunca nenhum Deputado, mesmo da região, obteve tanto voto como eu ali. Então, fiz a minha parte. Ajudei a cidade do Serro; nesse momento, telefonava para mim o Augusto, um morador da cidade, acompanhando pela TV do Legislativo, que eu criei há cinco anos, para mostrarmos o nosso trabalho ao telespectador. Hoje temos grande audiência em várias partes do Estado graças ao Deputado Anderson Adauto, que ampliou a rede de televisão.

Então, o que aconteceu? Estamos chegando. Atendi Jacutinga? Atendi. Uaporanga, terra do Deputado Mauro Lobo, o pessoal pediu uma emenda; então, ajudamos. A cidade de Datas, V. Exa. começou seu pronunciamento como paraninfo da turma. Vamos estar em Datas amanhã e falar no aparte que fiz ao Deputado Sávio Souza Cruz, quando perguntei o que falava do orçamento que veio há três meses, que a assessoria de V. Exa. deve ter acompanhado, como a minha. Não conseguimos acompanhar tudo. Há Deputados aqui, na Comissão de Saúde e em outras, e não conseguimos saber de tudo nesta Casa. Cabe à assessoria acompanhar. Em Datas, vamos colocar o recurso, e, em Serra Azul de Minas, o Deputado Alencar da Silveira Júnior obteve 98% dos votos válidos.

Como não colocar recursos em uma cidade em que obtive 800 votos válidos? Mas, se V. Exa. e o Deputado Chico Rafael insistirem e o orçamento não for votado, terei que dizer que isso se deu porque os senhores usaram do recurso da obstrução. Como ficará a nossa Esmeraldas, cidade em que é majoritário o Deputado Sávio Souza Cruz, onde também fui votado, sem os recursos do orçamento? Não adianta ficar apenas o Deputado Marco Régis ajudando a referida cidade, também V. Exa. deve fazê-lo. Lembramos, também, a pequena cidade de Santo Antônio do Itambé, em que foi fechada a agência bancária, assim como a de Serra Azul de Minas, ocasionando a fuga do comércio, pois as pessoas gastam na localidade em que recebem. Não poderia me esquecer de Entre-Rios de Minas, e esperamos que o Governador libere recursos para aquela cidade. Obtive, em Minas Novas, 900 votos, e não poderia deixar de ajudar a referida cidade. Passamos por Inhaúma e fomos a Cachoeira da Prata, terra do Deputado Márcio Cunha, onde também somos votados, ajudando, no orçamento, as duas cidades. Ribeirão das Neves encontra-se quebrada, um caos, e tivemos de alocar recursos para aquela cidade. Passamos por Caeté, onde, devido a Morro Vermelho, tivemos de contemplar com recursos, chegando a Raposos, onde V. Exa. é majoritário, e não conseguiu eleger a Prefeita. Vamos a Rio Acima, com "Mundico" reeleito, Prefeito competente, que deu um banho na eleição. Como não alocar recursos para lá? Vamos a Ibertioga, sendo reeleito "Tatão" para a Prefeitura, com maciça votação, para onde também tivemos que alocar recursos. Perguntam-me se em Montes Claros não colocarei dinheiro. É lógico que não. Quem deve fazê-lo é Tadeu, é Carlos Pimenta. Meus 300 votos de Montes Claros são de amigos. Não vou fazer como o Gil, sair colocando ambulância para todo o lado e gastando uma fábula por mês. Mas, se houver uma entidade séria, ajudaremos Montes Claros, terra do Tadeu, cidade pela qual tenho um carinho especial.



V. Exa. está anotando todas as perguntas? Quanto foi para Belo Horizonte no orçamento? Como V. Exa. interpreta o orçamento?

Tive que colocar um dinheiro em Andradas e ajudar o Wilker, Prefeito do PT. A eleição em Andradas foi muito boa. O candidato do PT obteve 10 mil votos. O candidato apoiado por Miguel Martini, Navarro, Mosconi e Alencar da Silveira Júnior obteve 2 mil votos. Descobrimos que o pessoal não gosta que Deputado ajude Prefeito. O pessoal do PT mandou, nós ajudamos, e deu no que deu.

Já coloquei Caeté, Raposos, Rio Acima, Ibertioga, Serro, Jacutinga, Aiuruoca, Ubaporanga, Datas, Serra Azul, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Entre-Rios de Minas, Minas Novas, Cachoeira da Prata, Ribeirão das Neves, Belo Horizonte, Itabirito, cidade onde temos 68% dos votos. O Agostinho Patrús está tentando entrar, ajudando o PFL, apesar de ser do PSDB. Não entendi nada. Mas ele ajudou o PFL e está tentando entrar. Vamos ver, na hora do orçamento, com quanto a cidade de Itabirito será beneficiada. Tenho o maior carinho pela cidade de Itabirito, onde tive 7.500 votos. O Patrús está chegando, João Paulo também chegou lá com o pessoal evangélico. Vou perguntar em que estão ajudando a cidade, porque meu compromisso é com o povo de Itabirito. O José Milton também tentou chegar lá, mas perdeu a eleição para outro Prefeito e embolou o meio de campo. Tive que colocar dinheiro em Itabirito. Com o prestígio que V. Exa. tem com o Governador Itamar Franco, V. Exa. vai me ajudar a liberar esse recurso. Depois dessa ajuda que estou dando, de quase 20 minutos, V. Exa. tem que me ajudar, liberando essas emendas.

Como o Hargreaves fica com a televisão ligada, acompanhando os trabalhos, já vou pedir ao Secretário da Casa Civil que me ajude.

Como estou ajudando o Sávio a obstruir, V. Exa. tem de me ajudar. Meu amigo Agostinho da Silveira faz também uma emenda para Esmeraldas. Pediu-me que lembrasse aqui e gostaria que fosse ajudado também.

O Palácio está acompanhando os trabalhos de obstrução. Se vota ou não o orçamento, fica meu apelo para deixar votar.

Lembrarei agora a cidade histórica, uma candidata a Prefeita em quem ninguém acreditava. Chegava em meu gabinete e dizia: "Alencar, meu cavalo está passando arriado. Ajude-me". Ajudei no início, e José Milton, vendo que ela era a bola da vez, entrou e ajudou no final. Dividiram Ouro Preto, foi a primeira Prefeita, Marisa Xavier. Toma posse no próximo dia 1º, às 15 horas, lá estaremos. Tive de colocar dinheiro do orçamento do Estado para Ouro Preto. Tem de ser votado hoje e será.

De lá, vou para Araxá. Na última eleição, 350 votos, eu e Alberto Pinto Coelho. Houve o lançamento da candidatura do "Toninho", que, com toda a dificuldade e espírito jovem, emplaca, é Prefeito. Vamos colocar recurso também para a cidade de Araxá, que é do meu amigo Deputado Adelino de Carvalho. Mesmo o Adelino tirando as ambulâncias dele - cinco ambulâncias rodando - na época da campanha, retira as ambulâncias e fala que as está tirando porque o "Toninho" não está deixando as ambulâncias transitarem. Resultado, foi igual bolo: quanto mais batia no "Toninho", mais ele crescia, e o Adelino perdeu a eleição com seu candidato. Continua fazendo seu trabalho na cidade de Araxá, e o "Toninho" ganha a eleição. Tenho até de cobrar do Adelino, mas não será nesse aparte.

O Adelino coloca R\$20.000.000,00 e o Chico Rafael ainda acha pouco. V. Exa. colocou quanto para Belo Horizonte? O telefone está tocando, deixe-me ver se é o Ministro ou o Secretário Hargreaves. Não é ele, não. Concluirei dizendo que foram beneficiados por emendas no orçamento pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior: Serro, Jacutinga, Ubaporanga, Datas, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Entre-Rios, Itabirito, Ouro Preto, Araxá, Minas Novas, Inhaúma, Cachoeira da Prata, Ribeirão das Neves, Caeté, Raposos e Ibertioga, Crucilândia. Todas essas cidades com trabalho político, mais uma ajuda com os ouvintes que tenho no programa, acho que vamos ter um trabalho, não esquecendo Belo Horizonte, que precisa ser ajudada.

Repito: um belo dia, falava que Belo Horizonte ia parar. O Carlão era candidato a Presidente da BHTrans e falou que quem falava que Belo Horizonte ia parar é porque não gostava dela. Resultado: Belo Horizonte está um caos, e o trânsito vai parar.

Na oportunidade, gostaria de agradecer a V. Exa. por esses 23 minutos em seu pronunciamento. Aproveito para desejar a todos os Deputados, funcionários desta Casa e telespectadores da TV Assembléia um feliz Natal e um ano novo, no próximo milênio, com muita paz, saúde, sorte, criatividade e muito trabalho.

Está na hora de arregaçar as mangas, de pegar no pesado. O Brasil está mudando, porque estamos mudando. Sem dúvida nenhuma, vamos tentar fazer um futuro melhor para os nossos filhos e netos. Você, amigo belo-horizontino, estou fazendo a minha parte, ajudando Minas Gerais e o Deputado Sávio Souza Cruz a consumir o seu tempo de 1 hora nessa obstrução.

A pergunta fica: há três meses, chegou o orçamento. Qual foi a análise de V. Exa? Para Raposos, Esmeraldas e Belo Horizonte, principalmente esta, quanto V. Exa. colocou? E V. Exa. manda aquela cartinha bonitinha. Meu tio até falou: "quem faz a praça é você". Quem faz a praça é o Sávio Souza Cruz. Quanto V. Exa. colocou? Tenho a certeza de que, faltando 5 minutos, o resultado será tão grande, que V. Exa. terá tempo de respondê-la.

Secretário Hargreaves, que nos assiste agora, conto com V. Exa. para a aprovação do orçamento. Lembro a V. Exa. que a Loteria Mineira parou com a arrecadação das maquininhas no dia 1º de abril. São 9 meses; 9 vezes 3 são 27. Queriam R\$90.000.000,00 do SOMMA. Se tivessem cobrado imposto das maquininhas, R\$27.000.000,00 já estariam em caixa. Não seriam necessários os R\$93.000.000,00 que estão querendo. Minas perdeu R\$27.000.000,00 sem a arrecadação desse imposto. Pergunto para vocês: parou? Parou por quê? Não parou nada, está tudo aqui. Fica o meu protesto. Repito: defendia o jogo do bicho. As pessoas me perguntam se defendo o jogo do bicho. Não, defendo a legalização do jogo do bicho. É todo o mundo acha isso errado. Não sei quando isso vai ser certo. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Gostaria de agradecer a V. Exa. o longo aparte. Gostaria de esclarecer que a demora do seu aparte teve o intuito de ajudar no processo de obstrução do PSB, por considerar a votação inadequada. Também o tom do aparte de V. Exa. contribui para a linha de raciocínio que vinha adotando. Vinha, justamente, enfatizando a necessidade de fazermos o melhor que pudermos para o orçamento do Estado de Minas Gerais. O tom do aparte de V. Exa. reforça que não estamos fazendo isso. A Casa enfatizou, nas últimas reuniões, que buscaria fazer do orçamento não uma peça de ficção, mas algo que fosse, realmente, um instrumento de gerenciamento e de administração pública. Acho que o que preside a apresentação de emendas, o descumprimento com sua realização, a desvinculação de um projeto maior de desenvolvimento integral e regionalizado do nosso Estado demonstra que precisamos pensar melhor acerca do orçamento. Aliás, pergunto a V. Exa. o que pensamos a respeito do orçamento.

Aproveito para responder apartes anteriores, dizendo que, quando estava, de direito e de fato, na Liderança do Governo, participei de todas as discussões do Colégio de Líderes. Peço o testemunho do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Sou testemunha de uma brilhante exposição que fez, com críticas bem fundamentadas à proposta inicial do orçamento. Acreditei que aquele processo que se iniciava, no Colégio de Líderes, os desdobramentos com a vinda do Secretário do Planejamento, com o encontro das assessorias, pudesse resultar numa obra melhor e no aperfeiçoamento do orçamento.

A história da errata, Deputado Márcio Cunha, perdoe-me; se fosse, de fato, errata, e não uma tentativa de mascarar a "tratorada" no Regimento, teríamos aquilo que será publicado talvez já disponibilizado. Se não temos disponibilizado até hoje, que errata é essa? Ora, perdoe-me, mas temos notícia de reunião ocorrida há poucas horas, em que um Deputado chegou à conclusão de que outro fez uma emenda de R\$5.000.000,00 e acha que não é próprio porque foi fora de hora. Ai, fazem um acordo para que coloque uma emenda de R\$10.000.000,00 e vai para a gráfica sem ter sido publicado nem passar pelo rito do Regimento Interno.

Comecei falando da minha história, mas queria conchamar a cada um que buscasse, na sua história, a gênese da vocação para a vida pública que descobriu certo dia; aquilo que o motivava, quando da descoberta da sua vocação, não pode estar absolutamente adormecido em cada um de nós. Isso ainda existe. Então, o apelo que faço é que possamos buscar isso adormecido em algum ponto da nossa consciência e fazer algo melhor para Minas Gerais.

#### Questão de ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Solicito ao Presidente Anderson Adauto que faça chamada de recomposição de "quorum", já que serei sucedido pela Deputada Elaine Matozinhos, que fará importante pronunciamento para o prosseguimento dos trabalhos. É bom que haja uma presença numerosa de Deputados na discussão do orçamento do Estado para 2001.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que temos 28 Deputados em Plenário. Portanto, não há necessidade de chamada para recomposição do "quorum". Com a palavra, para discutir o projeto, a Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, hoje a Casa pretende votar o importante Projeto de Lei nº 1.216/2000, que trata do orçamento do Estado. Sem dúvida, é de fundamental importância, porque são R\$17.000.000,00 para 17 milhões de mineiros que aí estão, buscando a melhoria na saúde pública, na segurança pública, habitação de qualidade e políticas sociais que demandam recursos.

Desde o primeiro momento em que o Deputado Chico Rafael ocupou a tribuna e pediu o restante do relatório e as emendas que não chegaram e solicitou que se interrompesse seu tempo, entendemos que o incidente não estaria sendo causado pelo Deputado que ocupa a tribuna, está sendo causado pela pressa e forma, diria até insólita, como a Casa hoje busca votar o orçamento. O relatório do orçamento não foi publicado na totalidade, como determina o Regimento Interno.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, sem sombra de dúvida, o Regimento Interno é a lei maior da Casa, é a nossa Constituição. Lamentavelmente, por várias vezes, tenho visto o Regimento Interno ser atropelado e violado. Estamos buscando medidas judiciais para que se faça valer a lei desta Casa. Assusta-nos ver um parlamento que não cumpre o seu Regimento Interno. O art. 204, § 6º, diz: "Enviado à Mesa da Assembléia, o parecer será publicado, incluindo-se o projeto na ordem do dia para a discussão e votação em turno único". Mais uma vez, o Regimento está sendo atropelado. No início da fala do Deputado Chico Rafael, vimos o Deputado Márcio Cunha exaltar-se. A Bancada do PSB não conseguiu entender por que, na realidade, as emendas que foram citadas pelo Deputado Chico Rafael, no valor de R\$8.000.000,00, não foram aceitas e por que foram aceitas outras com valores, pelo que consta, porque não foram publicadas, muito maiores. Qual o critério usado por essa Comissão para aprovar ou rejeitar as emendas?

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Nobre Deputada, o orçamento começou a tomar pé logo após o dia 28 de novembro, ou seja, após o término do prazo para o recebimento das emendas. Registramos o recebimento de quase 3.200 emendas. Havia um corpo pequeno de trabalho para elaborar, pela primeira vez, uma peça orçamentária em que a Casa tivesse completa participação e em que houvesse a valorização dos Deputados. Quem discutiu o orçamento conseguiu colocar o que queria e o que era necessário para a sua região. Com relação à habitação, recebemos representantes da Polícia Militar de Minas Gerais, que nos solicitaram a colocação de emenda de R\$12.000.000,00 para a habitação e para a Polícia Militar. Está no orçamento elaborado por esta Casa.

V. Exa. deveria ter tido o cuidado de analisar o orçamento. Ainda está à disposição, no Plenarinho IV, porque estão terminando de fechar a errata em local aberto, sabido e certo. Nenhum de vocês quis ir lá, para ler as emendas na íntegra. Se V. Exa. tivesse acompanhado a feitura de um orçamento que, com menos de 20 dias, conseguimos transformar em uma peça que a maior parte dos Deputados puderam acompanhar, talvez pudesse saber que a Polícia ficou sem o aquinhamento da moradia nesse orçamento, provavelmente por falha de V. Exa. Pudemos discutir-lo, cara a cara, com todos os Deputados interessados, mas V. Exa. não participou dessa Comissão que elaborou um orçamento imperfeito, mas foi o que conseguimos elaborar. Tivemos pouca colaboração de pessoas como V. Exa. Muito obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Deputado Irani Barbosa, gostaria de dizer que houve falta de transparência por parte da Comissão que elaborou todo esse brilhante trabalho. Quero dizer a V. Exa. que foi informado a cada Deputado deste parlamento, ou, pelo menos, aos Deputados do PSB, que teríamos apenas R\$690.000,00 no orçamento. Não sabíamos - e isso me espanta ainda mais - que estiveram aqui os representantes da PM, que conseguiram ser incluídos, com toda a justiça, aliás. Isso foi escondido. Por isso, volto a dizer que, a cada dia, a Polícia Civil está sendo mais detonada nesta Assembléia. Por que V. Exa. não informou a esta Deputada que estava colocando emendas para a PM? Estive, há dois dias, com o Secretário da Habitação, Ronaldo Perim, para tratar desse assunto para a Polícia Civil. Faltou transparência à Comissão.

Com R\$690.000,00, Deputado Irani Barbosa, não resolvo os problemas que existem em Belo Horizonte. Com esse recurso, não resolvo o problema de habitação da Polícia Civil, não resolvo o problema de carros para a Polícia Civil, nem o de habitação para as mulheres que são chefes de família. Também não consigo construir uma delegacia no Barreiro. A delegacia daquele bairro está interdita, caindo. Então, faltou transparência.

Volto a dizer que, talvez, a questão esteja sendo dirigida à Bancada do PSB. V. Exa., Deputado Chico Rafael, tem razão quando diz que aqui existe o alto e o baixo clero. Mas, mesmo que queiram colocar-me no baixo clero, não aceito. Entrei pela porta da frente, com os mesmos votos que V. Exa., o Presidente da Casa, o Secretário ou o Presidente eleito. Cheguei da mesma forma. E digo mais, em uma posição muito mais difícil, porque não tive recursos financeiros, nem o apoio de Vereador ou de Prefeito. Cheguei aqui pelo meu trabalho de 22 anos.

Então, Deputado Chico Rafael, não aceito que até "lobby" tenha sido feito na elaboração desse orçamento, sem que soubéssemos, colocando-nos até numa situação de xeque, como fez o Deputado Irani Barbosa, dizendo: "Por que a Polícia Civil não fez?". Porque disseram que só tínhamos R\$690.000,00. Faltou transparência, faltou clareza, e isso não vamos aceitar.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Algumas coisas podem ser entendidas de várias formas, Deputada. Foi dito e acertado, no Colégio de Líderes, que o valor mínimo estipulado e obrigatório, no orçamento, para cada Deputado, seria de R\$690.000,00. Em conjunto com os relatores e com os auxiliares que tivemos, conseguimos alocar recursos no orçamento, aumentando esse valor para R\$1.380.000,00 para cada Deputado. Mas, em hora alguma, falou-se que outras coisas não poderiam ser apresentadas ou discutidas. Em momento algum, V. Exa., ou algum dos Deputados que agora fazem obstrução, estiveram conosco durante a análise dessas emendas. E não chamamos ninguém para analisar emendas nem para oferecer coisa alguma. Procuramos, ainda, discutir com aqueles que nos procuraram.

Agora, em uma Casa com 77 Deputados e quase 3.200 emendas, é muito difícil sair procurando o que é que cada Deputado quer. O possível, fizemos. O impossível, não tem jeito. Continuo dizendo que tudo está lá, com toda a transparência. Por que não foram lá? A reunião de orçamento é pública. A assessoria fez esse trabalho no 15º andar, com toda a transparência.

Chegamos a discutir isso novamente. Há um livre convencimento da Comissão que produz o orçamento, discutido com toda esta Casa, na medida do possível, pois passamos quase um mês sem encontrar os pares desta Casa. Em momento algum, a Comissão se furtou ao dever de discutir essa ou aquela necessidade. Todas as decisões do Colégio de Líderes foram tomadas, assim como suas emendas, que foram acatadas na íntegra, sem discussão.

A participação é mais importante que a reclamação daqueles que ficam de fora de um processo, não por estarem alijados em outras questões, mas por não quererem participar. Ouvi a reclamação do Deputado Chico Rafael, e veio-me à cabeça a seguinte questão: será que ficou chateado porque ficou com R\$1.380.000,00 do orçamento, e não foram acatados seus R\$10.000.000,00, que não quis discutir com a Comissão? Se sua solicitação tivesse sido atendida, tudo estaria bem?

Transparência houve. O que não houve foi participação. Todos os Deputados e bancadas foram considerados. Se havia obras no Sul de Minas, e não as encontrávamos no Noroeste, no Jequitinhonha ou no Norte, as bancadas justificavam suas solicitações, e nós as discutíamos. Também o pessoal da Polícia Militar preocupou-se em dizer que há muito policial morando em favela, e, no momento, discutimos a questão deles. Não sou da Polícia Civil e não tenho obrigação de fazer para ela o mesmo que fiz para a Polícia Militar, porque não me foi levada nenhuma fundamentação, nem ao Deputado Márcio Cunha.

Não se pode dizer que não houve transparência. Basta ir até o computador e verificar, pois tudo que está sendo feito está nítido. Não se pode dizer o contrário, pois fica cruel e demonstra a falta de conhecimento da bancada de V. Exa. a respeito de uma participação coletiva. Realmente, sinto o fato de não ter atendido V. Exa. quanto às reivindicações da Polícia Civil, como atendemos a Polícia Militar. Lembro que a decisão não foi apenas minha, mas de sete homens da Comissão de Fiscalização Financeira, constituída por Deputados do PT, do PFL, do PSD e do PMDB, que lá estavam no momento da discussão. Tudo que foi levado à Comissão foi discutido, apesar do prazo de 20 dias para se discutir todo o orçamento.

Além disso, ainda há as futricas dentro da Casa contra nossa intenção de fazer o primeiro orçamento no sentido de valorizar a Casa. Pela primeira vez na história, enfrentamos todo o tipo de adversidade, porque tentaram mostrar aos Deputados, todo o tempo, que nada poderia ser feito e todas as peças orçamentárias vinham do Executivo e eram aprovadas dessa forma, sem que nada fosse mexido. Entretanto, mostramos, desta vez, que tudo pode ser mexido, examinado, recolocado e acomodado em um orçamento, desde que haja total participação.

Se, em um ano difícil como este, não houve tempo para que V. Exa. estivesse presente às reuniões de comissões, acompanhando o processo, aconselho-a a, no próximo ano, tomar

conhecimento dele, de plano. Foi estabelecido o mínimo de atendimento a cada Deputado, e, em hora nenhuma, falou-se do máximo. Fizemos isso com toda a clareza e transparência. Muito obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Quero dizer ao Deputado Irani Barbosa que me considero uma pessoa de mediana inteligência. Inteligência suficiente para estar à frente da Polícia Operacional do Estado por 21 anos, ter recebido elogios da ONU, da OEA, por trabalhos desenvolvidos, inteligência suficiente para ter sido Vereadora por dois anos e estar nesta Casa por mais dois anos. E não consegui, Deputado Chico Rafael, na fala do Deputado Irani Barbosa, entender quando, a cada momento, disseram para todos nós, e para mim foi dito por vários Deputados, que emenda é somente R\$690.000,00. Disseram: não colocuem entidades, porque o Governo não vai pagar; será, tão-somente, para as prefeituras.

Estão me boicotando, talvez, pelo fato de ser policial, porque a segurança pública vive um momento de crise nesta Casa, ou por ser mulher, ou por acharem que sou boba, pois estou no primeiro mandato. E sou tudo, menos boba. É importante que se diga isso. Não sei o que aconteceu, porque se escancararam as portas para todos, para políticos de Belo Horizonte, porque sabemos a demanda do Prefeito Célio de Castro. Não entendi o critério dessa Comissão. Não vou à Comissão dos Deputados Irani Barbosa e Márcio Cunha, porque, na realidade, entendo muito pouco disso. Da mesma forma que nunca os vi na minha Comissão de Defesa do Consumidor.

Já estamos cansados dessa "transparência" dentro desta Casa. Fala-se que existe transparência, mas, na hora do vamos ver, a matéria está na gráfica. Que emendas são essas que estão na gráfica até agora? Talvez seja essa transparência que estamos querendo que deve estar incomodando as pessoas. Temos a Lagoa da Pampulha para ser recuperada, temos o Taquaril, que é uma área de risco em Belo Horizonte, temos a favela do morro do Papagaio, que precisa ser urbanizada, temos a habitação para a Polícia Civil, temos o Hospital da Polícia Civil, temos inúmeras demandas que poderíamos ter colocado. Mas o Deputado Irani Barbosa não conseguiu explicar qual foi o critério que usou para contemplar as outras e rejeitar a do Deputado Chico Rafael. Não consegui entender. Talvez fosse melhor se tivesse apresentado a demanda do Hospital da Polícia Civil, que consta do orçamento, como muitos aqui usaram as obras que já estavam no orçamento e apresentaram emendas. Entendo e acho até que isso é justificável, mas não consegui entender por que, neste caso, a sua foi rejeitada.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Quero dizer a V. Exa. que acabei de receber um telefonema do meu Chefe de Gabinete, que participou do momento do recebimento das emendas junto à assessoria da Casa, comunicando-me que uma funcionária de V. Exa. foi entregar as emendas. Simplesmente entregou, e pronto. Tem coisas, nobre Deputada, que cabe ao Deputado ver, discutir, sentir, fazer. É muito difícil cuidar dos interesses individuais e dos coletivos, de todas as comissões de que participamos, não só aqui, mas também nas bases. É uma situação estafante, e não temos condições de lembrar que este ou aquele está ficando de fora. Esta é uma Casa de pessoas que estão atentas aos problemas da sociedade. Esta não é uma Casa de deficientes, de coitadinhos, de termos que ficar correndo atrás para trocar fraldas e dar banho.

Para tudo aquilo que foi feito, usaram-se critérios políticos de atendimento, de convencimento, que são os feitos nesta Casa para tudo aquilo que fazemos em Plenário e nas comissões, para nossas bases.

O critério político é um só, é único. Pode ter certeza de que é o mais sério.

A Deputada Elaine Matozinhos - Por que V. Exa. rejeitou as emendas do Deputado Chico Rafael? Qual o critério usado?

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Pedimos a cada Deputado que priorizasse aquilo que queria. Pedimos a todos os Deputados que tinham alguma coisa, em suas regiões ou em suas bancadas, que fossem à Comissão discutir. A sua bancada não foi. O seu Líder não foi. Foi feita uma emenda coletiva de hospitais que atendeu a todos os hospitais de Minas Gerais, de todas as regiões. O Deputado Chico Rafael é testemunha disso. Qual o hospital pedido por V. Exa., Deputada Elaine Matozinhos, para ser colocado? V. Exa. pediu que se colocasse o da Polícia Civil? Não. Então, nobre Deputada, sinto muito, a falha é da sua bancada, de V. Exa., e não pode ser debitada à Comissão de Fiscalização Financeira da Assembléia Legislativa. A nossa parte foi feita. Se estavam perdendo tempo com outras questões na Casa, ou outras atividades, sinto muito. Não posso ser responsabilizado pela falha de V. Exas., posso ser responsabilizado pelos meus atos e pelos meus erros. Não tem jeito.

A Deputada Elaine Matozinhos - Gostaria de dizer que a minha assessora levou o valor de R\$690.000,00 de verba dedicada a Belo Horizonte, com mais 40 que havíamos colocado, porque era este o teto estabelecido, no máximo. Em momento algum foi dito "no mínimo". Não estamos querendo que ninguém nos dê mamadeira ou nos troque fraldas. O que estamos vendo é que temos espertos de mais. Tão espertos que colocam verba para recuperar lagoa da Pampulha e área de risco quando se sabe que isso não vai passar, mas é apenas para ter dividendo político. Se fosse somente para ter dividendo político, que tivéssemos todos, inclusive os Deputados do PSB, e quero dizer que, da bancada, três são votados em Belo Horizonte, onde temos o maior interesse e o Prefeito é de nosso partido. Sabemos que há muitos, numerosos desafios. Não é só a lagoa da Pampulha, que é área de risco. São muitos outros lugares. Se isso tivesse sido feito de forma transparente... Tão transparente não é, que nem agora está aqui para ser lido. Então, falar em transparência nessa Comissão é faltar com a verdade. Dizer que mandamos e jogamos um ofício lá num valor e sem discutir, é porque era o valor que nos foi dito. Agora, é o valor que sabemos e está lá colocado - R\$680.000,00 para Belo Horizonte e mais 40 mil da primeira emenda e temos o restante para os nossos Prefeitos do interior. Não quero fazer aqui o grande passeio por Minas Gerais, como fez o Deputado Alencar da Silveira Júnior. Fez um passeio, falou de toda a eleição, de todos os seus telespectadores, que o estavam vendo pela TV Assembléia. Não quero fazer o passeio, mas a responsabilidade é muito séria e sou, aliás, Presidente de um partido que tem cidades muito importantes, inclusive a nossa Capital. Se soubéssemos que estaríamos nesse contexto, teríamos buscado para todos os Prefeitos do PSB.

O Deputado Geraldo Rezende (em aparte) - Estou apreciando a sua fala com muita atenção e não sei se V. Exa. observou, quando do começo da reunião, que fui o primeiro a discutir o projeto de orçamento nesta noite e falei exatamente nas mesmas palavras com relação ao comunicado que recebemos.

Recebemos um comunicado para que apresentássemos até R\$690.000,00 de emendas, não ultrapassando esse valor, e assim o fizemos. Há três dias, recebemos um comunicado para mandar mais R\$690.000,00, ao qual atendemos. O Deputado Irani Barbosa diz que V. Exa. não esteve lá para levar as emendas. Também lá não estive, quando da apresentação das minhas primeiras emendas, que foram levadas por minha assessoria. E foram publicadas e acolhidas. Caso as coisas fossem feitas com responsabilidade, com compromisso, tudo seria diferente. A Casa precisa voltar oito, dez anos, quando aqui se cumpriam os compromissos. Tudo mudou. Já não se cumpre o que é acordado em comissões, em reuniões de Lideranças, nesta Casa. O Deputado Chico Rafael tem falado no descumprimento de nosso Regimento Interno. V. Exa. é advogado, assim como eu, embora tenha abandonado, há 15 anos, a advocacia, apesar de continuar cumprindo com minhas obrigações para com a OAB. Deixei de advogar porque, no Brasil, não existe instituição séria. Nosso País não tem limites. É uma bagunça generalizada, onde ninguém cumpre nada: Governo Federal, Governo Estadual, Assembléias nada cumprem, e a justiça muito menos, o que é uma vergonha. E aqui ficamos como palhaços, vaquinhas de presépio, dizendo coisas e nada resolvendo. Se forem aprovadas as emendas apresentadas, V. Exa. tem a esperança de que o Governo irá cumprí-las? Digo que não tenho esperanças nem confiança. A Casa sempre foi assim, principalmente nos dois últimos mandatos. Aqui se usa a filosofia da lagartixa: aquela que trepa no muro e sua cabeça só se movimenta no sentido vertical, quer dizer, concordando com tudo. A lagartixa não faz o movimento horizontal com a cabeça. Este Deputado sabe fazer os dois movimentos: vertical e horizontal, concordando ou discordando. Não concordo com esse orçamento, que veio com um pecado politicamente mortal, discriminando uma região das mais ricas do Estado, com carências enormes, uma região populosa como o Triângulo, apenas com 2.31% do orçamento. É um pecado original, ou seja, de origem. E, nesta Casa, os Deputados fazem um acordo de enviar emendas ao orçamento, de até R\$690.000,00, e acreditamos. Quando vamos ler o "Minas Gerais" verificamos que tudo está errado. Existem Deputados apresentando emendas de R\$ 26.000.000,00. Tomam dinheiro do FUNDIESE, da Secretaria de Indústria e Comércio, que é dirigido à industrialização do Estado. Tomam mais R\$106.200.000,00, mais R\$103.000.000,00 do FINE Pró-Indústria, do PROIN, zerando a Secretaria de Indústria e Comércio. Como construir estradas? Sou Deputado há 14 anos e não presenciei construção alguma. Sou Deputado há 14 anos, e não vejo construir nada. Fazem um asfáltinho que dura no máximo seis meses. Enchem as burras das construtoras sem critério, irresponsavelmente, e, seis meses depois, já está precisando fazer o asfalto de novo. Aí, não tem recurso, e o fisiologismo está imperando. Está muito difícil. O Estado está complicado. Já não há compromisso com coisa séria.

Mineiro não sabe o que é rodovia. É um desconhecimento absoluto do conceito de rodovia. Temos estradas esburacadas que mais parecem tábua de pilruto. E ficam fazendo demagogia, acham que é bonito. Não é política. É pacatez. Tem-se de sacolejar esse povo. Tem de haver um líder que empurre o Estado. O Brasil precisa ser institucionalizado, porque, sem regras de convivência social, dá nisso que estamos fazendo aqui. Cansa todo o mundo, e não se constrói absolutamente nada, porque não há regras de convivência social. Ninguém respeita a Constituição. Há dois anos, comecei a estudar a Constituição e fui até o art. 260 e poucos. Não se cumpre nada da Constituição. Apenas 0,009% da população sabe quais são seus direitos e deveres. Como uma Nação como essa pode caminhar? Aí, vem a injustiça e a violência. Isso é culpa da cultura rasteira que impera no País.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião por mais duas horas, a partir das 07h7minutos. Com a palavra, para continuar a discutir o projeto, a Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos - Nobre Deputado Geraldo Rezende, agradeço o aparte. V. Exa. diz que não é lagartixa. Nem nós. Tomo a liberdade de dizer, em nome da Bancada do PSB, da qual com muito orgulho sou Presidente Estadual, que não somos lagartixa, nem vaca-de-presépio. Não vamos rastejar para buscar benesses pessoais porque um acordo da emenda não foi cumprido, como muitos outros acordos nesta Casa não são cumpridos. Outro dia, conversava com um ex-Deputado que hoje ocupa posição no Governo. Disse que estava triste, porque os acordos atualmente feitos nesta Casa não são cumpridos, como os acordos de antigamente eram cumpridos. Hoje, não cumprem o acordo e querem, de público, chamar-nos de inexperientes, de bebês, de omissos, dizendo que não somos zelosos, enfim, não somos bons parlamentares.

Deputado Chico Rafael, V. Exa., como nosso Líder, está no caminho certo. A posição do nobre Deputado Geraldo Rezende mostra-nos isso mesmo. Regimento, e leis, são para serem cumpridos. Sempre cumpri lei na minha vida. Nunca deixei de cumprir. Lei está aí para ser cumprida. Aqui já vi coisas de arrepiar o cabelo, como resultado de votação proclamado ser invalidado.

Que transparência é essa quando V. Exa. sugere que votemos na gráfica, pois ninguém sabe o teor das emendas, só Deus e os beneficiados? A Bancada do PSB não sabe. Acredito que muitos dos Deputados que estão sentados aí talvez não queiram entrar na polêmica por causa do adiamento da hora e para ficarem livres para suas atividades de final de ano. Mas não fomos só nós, não, Deputado Chico Rafael. Fomos eu, V. Exa., os Deputados Sávio Souza Cruz, Edson Rezende, Sargento Rodrigues, Geraldo Rezende, e, acredito, muitos dos que estão aqui, porque é impossível que esta Casa tenha um alto clero tão grande. Aí já não é alto clero - nem quero dizer o que penso.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Tenho ouvido atentamente V. Exa. e também o Deputado Geraldo Rezende. Não sei por que fiquei estarecido com algumas palavras que ouvi do Deputado Geraldo Rezende, por quem tenho muita estima. Somos Deputados desde 1986, entramos juntos nesta Casa. Recentemente, ele foi Secretário do Governador Itamar Franco e, de repente, fala que não acredita que essas emendas serão cumpridas.

Quero dizer a V. Exa. que estamos trabalhando para que essas emendas sejam cumpridas. Toda as vezes que existe um acordo nesta Casa, as pessoas conversam "tête-à-tête", olho no olho, fazem o convencimento, mostram aquilo que elas têm para levar e ser discutido. O grande problema é que o Deputado Geraldo Rezende também diz que não foi lá para discutir. Como vamos adivinhar as necessidades dele? Esclareço a V. Exa. que a interpretação dada é errônea. O piso era de R\$690.000,00. V. Exa. foi comunicado no seu gabinete. Temos a hora e quem recebeu o comunicado de que estaríamos dobrando essa verba, colocando mais R\$690.000,00. Amanhã cedo, mandarei entregar em seu gabinete quem recebeu o comunicado para poder se manifestar. É óbvio que não se estabeleceu teto, mas sim um piso mínimo para atender a todos os Deputados. Não se falou "só pode apresentar isso". A todos que me perguntavam disse que se poderia apresentar. Depois, iríamos fazer a priorização no que existe de limite.

No último balancete que fizemos, até porque é difícil fechar-se a conciliação das contas, esse orçamento está fechado com uma sobra de R\$28.000.000,00, que não foram solicitados. Trabalhamos até à undécima hora para fazer as coisas sozinhos, sem auxílio, porque precisávamos fazer uma peça integral, que estivesse voltada para esta Casa, e não, como sempre esteve, voltada para o Governo do Estado. Foi isso o que fizemos. O Deputado Geraldo Rezende disse que a sua região ficou de fora, mas acho que ele mesmo deveria ter brigado para poder acrescentá-la. Estou falando de um Governador do qual V. Exa. foi Secretário. V. Exa. mesmo diz que não acredita que vá cumprir. Não acredito em muita coisa do Itamar, mas não acredito que seja um homem mentiroso e que não cumpre uma lei. A lei orçamentária é uma peça de execução, não apenas de ficção. Há crime de responsabilidade para quem não cumprir o que nela for determinado. O que ocorre é que, se não estão tendo respeito para com sua região, acho que V. Exa. deveria reclamar, porque uma região como Uberlândia, que deu vitória esmagadora ao Governador Itamar Franco, jamais poderia ser tratada com tanto descaso. O que estamos vendo é que no parlamento é que se discute, que se conversa, se grita, se bate o pé, se faz tudo a que se tem direito. O que não se pode é se acomodar, porque simplesmente não se acredita nas coisas. Pedi ao Colégio de Líderes um voto de confiança para fazer uma peça orçamentária capaz de colocar o Governo do Estado no seu devido lugar, capaz de valorizar esta Casa com tudo a que tem direito. Quero dizer que até o fato de estarmos expondo aqui todas essas mazelas foi importante. Isso nunca foi discutido nesta Casa. O orçamento era uma peça que chegava aqui e não era tão bem analisado. Quem concordava, tudo bem, quem não concordava, ia embora. Hoje estamos aqui, aos 3 minutos da madrugada, discutindo uma peça orçamentária, o que teve de mais, o que teve de menos, o que se fez, o que valeu, o que não valeu. Se há algo errado, assumo os erros. Não sou perfeito. Já disse a V. Exa. que a experiência orçamentária que tenho é da vida pública. Sempre ocupei as Comissões de Legislação e Justiça de todas as Casas em que estive. Em todas, faço questão de permanecer nas comissões de orçamento, como permaneci na Comissão de Orçamento em Brasília. Por quê? Porque sei onde as coisas ocorrem e, se não souber, procurarei saber. Temos de estar presentes onde as coisas ocorrem. Quero dizer a V. Exa. que, no último ano como Deputado Federal, em 1994, no último dia de votação do orçamento, saí de Brasília às 17 horas do dia de Natal. Eu acompanhava até o final a execução, a confecção e a publicação. Não ficava reclamando porque não fui informado, porque sou um "coitadinho", porque não se cumpriu isto ou aquilo. Aqui se cumpre, podem ter certeza. Tudo aquilo que foi tratado, que foi dito por este Deputado, pelo Deputado Márcio Cunha, pelo Deputado Rêmo Aloise e pelos Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira foi cumprido. O que não podemos é fazer adivinhação, não há cartomantes nessa comissão.

O Deputado Geraldo Rezende (em aparte) - Gostaria apenas de contestar o relator do orçamento, Deputado Irani Barbosa, quando diz que não fui para discutir. Ninguém foi para discutir, porque, na hora em que se acolhem as emendas, cabe ao relator acolher uma emenda ou não. Não há discussão: acolhe ou não acolhe. O problema é o que foi combinado antes. Como V. Exa. disse, como o Deputado Chico Rafael disse e outros Deputados também já disseram, foi combinado que cada Deputado teria R\$690.000,00, não mais que isso.

Para minha surpresa, nesta semana - se não me engano, na segunda-feira -, a pedido do relator, solicitaram-nos que mandássemos outra emenda de mais R\$690.000,00. Estranhei e indaguei se era para repetir. Era para repetir mesmo. Então, mandamos as outras emendas no valor também de R\$690.000,00, as quais não foram publicadas. Só se a publicação vai sair no jornal de amanhã.

Mesmo assim, não é esse o caso. O problema é a mudança de rubrica. O Governo faz o orçamento, e é evidente que, com os seus técnicos, tem muito melhores condições de saber das necessidades. Repito, acho que os técnicos do Governador Itamar Franco, de quem sou amigo e admirador, não o ajudaram na confecção do orçamento, porque o fizeram com pecados de origem, como no caso no Triângulo mineiro, mas ficam os R\$690.000,00, e, certamente, o Governo vai olhar administrativamente a nossa região.

Não posso admitir que Deputados tenham apresentado emenda no valor de R\$26.000.000,00. Quando disse que o Governo vai cumprir é porque sei que, se depender dele, ele vai querer cumprir. O problema vai ser a impossibilidade material de se cumprir. Não o Governador Itamar Franco, mas o próprio Governo vai olhar e perguntar como é possível determinado Deputado ter apresentado uma emenda no valor de R\$26.000.000,00, outro, no valor de R\$8.000.000,00, outro, no valor de R\$10.000.000,00 e a Deputada Elaine Matozinhos, uma emenda de R\$690.000,00. O que se vai fazer com isso? Então, haverá impossibilidade material de se cumprir o orçamento, que virou uma verdadeira "colcha-de-retalhos", uma bagunça terrível. Daí, vou votar contra o orçamento, que pode até passar.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço o aparte do Deputado Geraldo Rezende. Quero dizer que, se sobrou dinheiro, apesar das aberrações e das exceções, de alguns Deputados estarem apresentando emendas no valor de R\$1.380.000,00 e outros no valor de R\$26.000.000,00, ainda não fomos avisados. Eu jamais apresentaria uma emenda apenas para criar alguma expectativa a algum Prefeito ou a alguma liderança. Fiz apenas o que se disse que o Governo cumpriria. Concedo aparte ao Deputado Chico Rafael, que o solicitou primeiro que o Deputado Irani Barbosa, que logo após terá também a palavra.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Deputada Elaine Matozinhos, quero dizer a V. Exa. que muito nos honra tê-la como companheira e Presidente de nosso partido no Estado de Minas Gerais, por sua bravura, clareza de idéias e observações que tem feito, acompanhando as decisões da nossa bancada. Estou ouvindo atentamente as ponderações do Deputado Irani Barbosa, que participou da Comissão. A coisa não é tão simplista como disse. Na verdade, inicialmente, o valor de R\$690.000,00 foi estabelecido como teto, e não como piso mínimo. E quero invocar o testemunho dos colegas parlamentares sobre a questão. Da forma como se está apresentando a matéria, dá-se a impressão de que estamos sendo Deputados relapsos, porque não estamos acompanhando os trabalhos da Casa. Longe disso. Tanto é verdade, que, numa das reuniões do Colégio de Líderes, o Deputado Irani Barbosa lá compareceu e anunciou, com todas as letras, que havia conseguido mais recursos no orçamento e que as emendas parlamentares poderiam ser de até R\$1.380.000,00.

Com relação ao que disse o Deputado sobre os recursos do hospital de Pouso Alegre, foi uma decisão do Colégio de Líderes para atender às reivindicações das audiências públicas regionais que foram feitas no início do ano passado e que infelizmente não avançaram. O Deputado Adelmo Carneiro Leão, trabalhando com essa questão, procurou atender, pelo menos nessa área da saúde, às reivindicações das audiências públicas regionais. Uma das reivindicações de Pouso Alegre foi justamente com relação a essa questão do reaparelhamento do hospital no que diz respeito à hemodiálise, à oncologia e à psiquiatria. Quanto à questão das emendas que, disseram, o Deputado Chico Rafael apresentou, esclareço que, de fato, apresentamos. Dissemos ao Deputado Márcio Cunha que não faríamos um remanejamento dos recursos nas dotações específicas, nem de uma entidade para a outra, nem de uma dotação para a outra, mas, em razão das dotações globais que existiam da COPASA-MG e do DER-MG, pretendíamos desdobrá-las porque, genericamente, como estavam, não ficaria claro em que áreas, em que cidades e em que setores seriam aplicados esses recursos. Apresentei essas emendas na expectativa de vê-las ser atendidas. O que está levando a Bancada do PSB a fazer esse trabalho aqui hoje é a tentativa de alertarmos os nossos colegas Deputados, dizendo-lhes que não podemos dar um cheque em branco, como estão querendo aqui. Até agora, as emendas não chegaram ao Plenário. Já é meia-noite, e, desde as 20 horas, estamos aqui. A questão não é tão simples nem transparente. O que contém essas emendas para não estarem no Plenário até agora? Disseram que se tratava de um erro material, mas há 4 horas estamos aqui, e essas emendas ainda não chegaram. Não quero acreditar que esta Casa tenha coragem de votar um orçamento sem saber o que está votando. Junte-se a isso, Sra. Deputada, o fato de que as emendas apresentadas utilizaram os recursos do FUNDIEST, e do FUNDL. Tiraram quase R\$300.000.000,00 desses Fundos para atender às emendas que foram contempladas pelo relator na Comissão. Como poderemos ter uma política pública de desenvolvimento econômico, industrial e comercial, se não dermos condições para que esses Fundos possam financiar novos

investimentos e novos projetos para o Estado, considerando que, no momento, há uma grande guerra entre os Estados, na disputa por novos financiamentos e por novos recursos? O Governo tem procurado aplicar esses recursos do FINDI e do FUNDIEST na tentativa de atrair novos investimentos para o Estado. Por isso, não podemos concordar com o esvaziamento desses dois Fundos que têm como objetivo o financiamento das indústrias. Não podemos concordar com o relator, que propôs tirar todos os recursos das obras das usinas do Estado, no valor de R\$161.000.000,00. Não acredito que a nossa Assembléia concorde com isso, paralisando a construção de novas usinas no Estado. Não podemos agir dessa forma, sob pena de pararmos com o desenvolvimento de muitas regiões onde essas indústrias estão sendo construídas, principalmente no Norte de Minas. Não acredito, Presidente Anderson Aduino, futuro Presidente Antônio Júlio e demais Deputados presentes, que a Assembléia cometerá esse verdadeiro estupro ao Regimento Interno da Casa, votando um orçamento sem que tenham conhecimento das emendas que, até agora, não foram apresentadas.

Muito obrigado. Solicito que, concluído o trabalho da Deputada Elaine Matozinhos, sejam lidas por V. Exa. e distribuídas aos Deputados, porque, na verdade, deveriam estar, desde ontem, publicadas no diário oficial. Obrigado, Sra. Deputada.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Quero dizer isso apenas para que V. Exa. possa terminar com um sorriso, como aconteceu com o Deputado Adelmo, com o Deputado João Pinto Ribeiro e outros que são votados em Belo Horizonte. No orçamento, existe uma emenda para concluir o hospital de Venda Nova, garantindo recursos da ordem de R\$8.000.000,00. Então, V. Exa. tem que fazer coro comigo, dizendo: "Governador, vamos pagar, porque a saúde de Venda Nova precisa disso". E nós, que somos votados em Belo Horizonte, estaremos satisfeitos, se isso ocorrer.

A Deputada Elaine Matozinhos - Quem a subscreveu, Deputado Alencar da Silveira Júnior? Gostaria de saber, porque ninguém mais do que eu tem interesse em Belo Horizonte. É o meu grande reduto eleitoral.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Eu, defendendo os interesses de Belo Horizonte, como V. Exa. também defende. E foram colocados os nomes de todos os Deputados votados nesta cidade. Foi um Acordo de Lideranças, do qual participaram o Deputado Chico Rafael e todos os outros. Vamos ficar satisfeitos com o hospital de Venda Nova, e V. Exa. sabe disso, porque essa é uma luta sua também. Acho que, a esta altura, o filho não precisa ter pai. O importante é fazê-lo nascer.

A Deputada Elaine Matozinhos - Na realidade, o que sabemos é que cada um busca ser pai de um filho bonito. Essa é uma história para ser contada para outras pessoas, não para nós. Todos querem ser pais de filhos bonitos. E estamos vendo, mais uma vez, dois pesos e duas medidas. Estamos vendo, mais uma vez, a pressa, esse afã de fazer as coisas com muita rapidez. E isso vai prejudicar profundamente esta Casa e o Estado. Não é bom para os mineiros que isso aconteça, nem para o convívio entre nós. A cada hora ficamos pensando: "Quem será que vai nos passar a perna. Será que hoje irão me passar para trás?". Não gosto de viver em um clima assim. Nunca permiti, por onde passei, essa dúvida sobre quem está levando vantagem. Não gosto disso. Gostamos de transparência. É isso que o PSB pede. Aliás, Presidente, acredito que não temos Deputados suficientes no Plenário e peço o encerramento da reunião.

#### Questão de ordem

O Deputado Olinto Godinho - Solicito seja feita a chamada para recomposição de "quorum", Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - A Presidência verifica, de plano, que temos mais de 30 Deputados em Plenário neste momento. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

#### Questões de ordem

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, havia requerido verbalmente à Mesa que fizesse a leitura das emendas apresentadas.

O Sr. Presidente - A Presidência entende que V. Exa., tendo sido o Deputado que reclamou cópia das emendas, e tendo sido o primeiro a recebê-la, não somos obrigados a fazer a leitura.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, como vamos estudar centenas de emendas em uma fração de segundos, na porta da votação do projeto? Acredito que não irá fazer isso.

O Sr. Presidente - É claro que não. A Presidência, dentro de cinco minutos, fornecerá cópia a cada um dos parlamentares. Vem à Mesa requerimento do Deputado Chico Rafael solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 1.216/2000. Em votação, o requerimento. Com a palavra, para encaminhá-la, o Deputado Chico Rafael.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito o adiamento da votação desse projeto, por um simples motivo: temos uma centena de emendas apresentadas e precisamos conhecê-las. Não acredito que, neste horário da madrugada, cansados, os Deputados tenham raciocínio suficiente para fazer a avaliação necessária dessas emendas, que foram apresentadas pelos colegas.

Aqui está confirmado, como já havia dito, que a Emenda nº 3.021, para atender a obras nas áreas de risco do município, é de R\$10.000.000,00. Esse é o tipo de trabalho que está sendo feito aqui.

O Sr. Presidente - A Presidência não está entendendo. V. Exa. é contra a verba para a área de risco na Capital?

O Deputado Chico Rafael - Não, Sr. Presidente. Estou dizendo que essa emenda foi inserida agora. Nem emendas havia. Já havia comentado o fato. Quando estávamos no Colégio de Líderes apresentaram essa emenda ao Deputado João Leite, que, no momento, se opunha à questão. O mesmo fizeram comigo. Isso é lamentável. Infelizmente, está havendo situações como essa. As emendas não foram publicadas no diário oficial. E, se não levantássemos essa questão, elas seriam votadas sem tomarmos conhecimento do que seria colocado nessas emendas. Está aqui a prova do que disse. O Deputado João Leite, num primeiro momento, opunha-se também a esse tratamento, mas ele foi contemplado com uma verba de R\$10.000.000,00 para as obras de risco. E há outras emendas que não têm sequer o autor do projeto, naturalmente para camuflar esse tipo de trabalho que foi feito aqui. Infelizmente, é difícil acreditar que, na Assembléia Legislativa, esteja havendo.

Sr. Presidente, atitudes e condutas dessa natureza não poderiam ocorrer, porque diminuem a Casa perante a população. São emendas que já deveriam ter sido publicadas ontem, mas, infelizmente, a Assembléia tomou essa atitude e, por incrível que pareça, com a convicção de grandes regimentalistas. Até quando vamos ter de conviver com isso? Será sempre assim?

Sr. Presidente, para encerrar com chave de ouro o seu mandato, V. Exa. poderia não deixar esse tipo de coisa acontecer. É vergonhoso para a Assembléia Legislativa esse tipo de conduta. Chego a imaginar em certos momentos se vale a pena ser Deputado em Minas Gerais. Infelizmente, não estou falando grego e estou mostrando o que está acontecendo aqui. Essas emendas da errata que seria publicada amanhã foram feitas agora, de última hora. Por isso levaram quase 4 horas para fazer os acertos, os aconchegos, porque têm de achar de onde vão tirar para verem onde vão pôr.

Sr. Presidente, certamente os colegas dos outros partidos devem fazer um requerimento, mas gostaria de solicitar a V. Exa., após esse encaminhamento, que, antes da votação, até mesmo para que se possa pedir destaques dessas emendas que foram apresentadas agora, fosse suspensa a reunião a fim de que pudéssemos fazer uma avaliação para não votar no escuro, como vai acabar acontecendo.

Estou tentando entender essas emendas. Mas gostaria de fazer a avaliação de cada uma. Para V. Exas. terem uma idéia, há emendas de R\$5.000.000, para o Deputado Antônio Júlio, mais R\$1.000.000,00, mais R\$1.000.000,00, mais R\$1.000.000,00. Todas essas emendas ultrapassam o acordo que foi estabelecido, de R\$690.000,00. Precisamos de tempo para fazer uma avaliação das emendas e pedir destaques para as que achamos necessário. A matéria é complexa, e estamos tratando do orçamento do Estado de Minas Gerais, que não

pode ser votado de afogadilho.

Gostaria que fosse concedido prazo para que essas emendas fossem avaliadas e para que pudéssemos fazer melhor avaliação do que está para ser votado nesta noite.

#### Questão de ordem

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, tenho a certeza de que V. Exa. é fiel cumpridor do Regimento Interno. E o Deputado Chico Rafael tem conclamado que haja o fiel cumprimento do Regimento Interno. E o Regimento Interno dispõe que, no encaminhamento de requerimento, deve-se tratar da matéria tão-somente, e não voltar à discussão do processo de orçamento. Assim sendo, que os próximos oradores possam de fato encaminhar o requerimento que está sendo colocado em votação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, a Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, gostaria de ter aqui as emendas, não consegui tê-las, nem o relatório final.

O Sr. Presidente - As emendas continuam à disposição de V. Exa.

A Deputada Elaine Matozinhos - O relatório final, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente - A Presidência solicita à assessoria da Mesa que forneça o relatório à Deputada que o solicita.

A Deputada Elaine Matozinhos - Gostaria de ter o relatório final, e não o parcial.

O Sr. Presidente - O relatório foi devidamente publicado no diário oficial de hoje, nobre Deputada.

A Deputada Elaine Matozinhos - O relatório final com as emendas que saíram da gráfica, agora? Foram publicados o relatório final e as emendas?

O Sr. Presidente - Os erros que houve serão republicados em forma de errata.

A Deputada Elaine Matozinhos - Primeiramente, por justiça, pela amizade, pelo carinho, pela consideração, pelo respeito a um Deputado desta Casa - Deputado Eduardo Hermeto -, ex-companheiro de partido, que disse que votou contra isto aqui, porque sequer passou pela assessoria da Casa, manifesto a ele, mais uma vez, o meu respeito, o meu voto de louvor, e não gostaria, desta tribuna - até em respeito aos telespectadores - de manifestar a posição de V. Exa. sobre o que foi feito. Mas, agora, mais do que nunca, estou convencida de que nós, Srs. Deputados, não estamos no caminho certo.

Apresentar emenda de última hora! Está quente ainda o papel. Saiu agora da gráfica na correria. Emendas cujo teor não sabemos. Emendas que vão beneficiar alguns Deputados desta Casa - quem sabe o alto clero desta Casa? -, as majestades que temos, os deuses que aqui temos, os poderosos que aqui estão, e talvez sejam mais importantes do que nós, do PSB. Chegamos agora, estamos de fraldas, usamos mamadeiras... Mas não precisamos de nada escondido, feito na moita, de nada que fica numa gráfica até agora, e querer isso de pessoas que representam o Estado de Minas Gerais é querer demais. Emendas que foram feitas ou para que se dê uma expectativa a um Prefeito, a um Vereador ou a uma liderança, emendas para não serem cumpridas ou mesmo para enganarem uma cidade, e quero dizer que nós, de Belo Horizonte, não queremos ser enganados. Falo sobre Belo Horizonte, porque sei que temos emendas para Belo Horizonte de mais de R\$20.000.000,00. Encaminhamos pela rejeição dessas emendas porque não sofreram um processo transparente e não são legítimas.

Nada mais justo que todo o processo de encaminhamento tivesse sido interrompido, como solicitou o Deputado Chico Rafael, porque nenhum incidente foi causado pelos Deputados do PSB. Houve falha da assessoria e da Casa, que não nos forneceu material para encaminhamento. Como encaminhar o que não temos em mãos? Não concordamos com o que só nos chegou às mãos há 10 minutos. O Deputado Chico Rafael, muito bondoso, não ocupou todo o seu tempo. Creio ser pouco o tempo de 1 hora para encaminhamentos dessa envergadura. Dez minutos para encaminhar um requerimento também é muito pouco, porque o assunto é sério. É muito dinheiro em jogo e também a sorte do povo das mais diversas cidades do Estado, que estarão sendo beneficiadas ou prejudicadas. Solicitamos ao Presidente da Mesa que começássemos a fazer o encaminhamento do total, dando 1 hora para cada um dos Deputados. Fica aí nosso requerimento para que possamos encaminhar o projeto total, com 1 hora para cada Deputado. O incidente ora causado não o foi pelo Deputado que estava fazendo o encaminhamento. O incidente foi causado pela assessoria, pelo atraso na gráfica ou pela protelação dos acordos, e não por nós. Solicito a V. Exa. que dê ao PSB, como determina o Regimento Interno, 1 hora de encaminhamento para cada Deputado, a fim de que possamos fazer o encaminhamento global do projeto. Não podemos encaminhar partes, pois estamos votando um conjunto. Acredito que seja regimental, legal, que tenhamos 1 hora para encaminhar as emendas e discuti-las. Nelas constam valores altíssimos, que precisamos analisar. Percebemos grande desigualdade entre o teto máximo e o mínimo estabelecido para cada Deputado.

Alguns dos nobres Deputados desta Casa estão mais interessados em ler, porque nem sequer sabem, na realidade, o que é isso, o que estamos votando, o que está beneficiando o quê, quem e onde. Por isso sou pela rejeição.

Sr. Presidente, concluindo, gostaríamos de ter mais 1 hora de encaminhamento, tendo em vista que não encaminhamos o projeto em sua totalidade. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência deseja esclarecer à nobre Deputada que o art. 264 do Regimento Interno não o permite. E é exatamente o PSB que mais solicita o cumprimento do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Geraldo Rezende.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, quero começar dizendo que, regimentalmente, como foi cobrado pelo Deputado Sebastião Costa, quero me ater à discussão do adiamento de votação desse projeto, a requerimento do Deputado Chico Rafael, que, em boa hora, apresentou esse requerimento. Quais são os motivos que me trouxeram a esta tribuna para que pudesse discutir esse requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei nº 1.216/2000, do orçamento?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou do Triângulo. Tenho uma cara meio de caipira, o jeito de andar também é meio de caipira. Lá na roça, a gente diz que é um jeito meio de bobo. Mas é só o jeito de falar e o jeito de andar, porque, na verdade, não sou tão bobo assim. E não serei passado para trás nesta Casa, onde estou há 14 anos. Estou acostumado com as discussões no Plenário e não vou admitir ser passado para trás.

Peguei uns papéis, umas erratas ao Anexo VI. Fizem três montinhos de papel. O primeiro são erratas ao Anexo VI. O segundo são erratas ao Anexo VI. Aí, há outro anexo, em que, lá embaixo, no código 2.385, está escrito: "Órgão ou entidade beneficiada".

O Município de Tupaciguara, para aqueles que não sabem, é a terra de Mãe de Deus, lugar onde nasci. Mas fui criado em Uberlândia. Sou Deputado majoritário em Tupaciguara, com quase 2 mil votos. Não apresentei nenhuma emenda para Tupaciguara no valor de R\$400.000,00. Apresentei, salvo engano, e de memória, uma emenda no valor de R\$100.000,00. Agora, não me permitem a apresentação de emendas, ilustre Deputado Sebastião Costa, limitando-me a R\$690.000,00. Desculpe-me, um Deputado qualquer vem e me oferece uma emenda de R\$400.000,00 para a cidade onde nasci, onde sou majoritário. O negócio é hilariante, mas está escrito aqui. Esse orçamento não é sério, é uma vergonha para o Estado, para a Assembléia. Estou aqui como homem e, como tal, peço que me respeitem nesta Casa, porque não sou palhaço de ninguém. Vamos discutir isso aqui até amanhecer o dia. Esse projeto não será votado hoje. Ao terminar, pedirei a recomposição nominal do "quorum", que não é a que está registrada no painel; não há nem a metade dos que estão ali no painel. Solicito da Mesa que apague esse painel e registre novamente a presença dos Deputados. Quero a recomposição do "quorum" feita por um Secretário, com a minha supervisão. Quero ficar junto com o Secretário que fizer a recomposição do "quorum".

O orçamento é um escândalo, é uma vergonha. Ser limitado a R\$690.000,00, como a Deputada Elaine Matozinhos e os outros Deputados, é complicado. O Brasil está em crise pela falta de caráter, de moral. Estão faltando homens no País. Aqui neste Plenário e nesta Assembléia estão faltando homens que cumprem seus compromissos. Ainda bem que sou do Triângulo e não entro nesse "negócio" de humorismo que existe no lado de cá. Até hoje ainda admiram as demagogias de Benedito Valadares, que viveu lá há 200 anos. É complicado.

Vou ler algumas emendas: "Pavimentação asfáltica da MG-117, trecho que liga Paulista à BR-120. Extensão de 30km, valor: R\$1.000.000,00. Órgãos e entidades envolvidas: Secretariade Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente".

Estão tirando aqui. Olhem aqui, o órgão e a entidade deduzidos, Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social, da Criança e do Adolescente. Estão tirando R\$1.000.000,00 para asfaltar 30 km. Isso dá R\$6.000.000,00 de custo, fora a obra-de-arte. Se houver obra-de-arte, fica em mais. Tira R\$1.000,00 para fazer o asfalto. Mas tira o da entidade. "Tipo de despesa - 120. Asfaltamento de 32km, R\$1.000,00". É a chamada emenda de janela, está dizendo lá o autor da emenda, Deputado Olinto Godinho. Mas, então, Sr. Presidente, estou tentando achar mais escândalos, mas vão falar que só há os R\$1.000,00 da emenda de janela.

Achei uma aqui boa. R\$1.000.000,00. Órgão ou entidade deduzida. Finge que é aquilo que falei no começo. Deduzida, anulada, apoio. Deputado Antônio Júlio: R\$1.000.000,00. Só posso ter R\$690.000,00. Ai há outra emenda: Esmeraldas, mais 33km, mais R\$1.000.000,00, entidade deduzida: DER-MG, FINDI, PROIN. Mais R\$1.000.000,00, DER-MG, implantação de melhorias na rodovia, região 3, Munhoz. Será que essas são todas de nosso futuro Presidente Antônio Júlio? Há uma ali de R\$5.000.000,00. Tira a da usina termelétrica e manda para Poços de Caldas, região não sei de quê. Essa deve ser de nosso companheiro Deputado Sebastião Navarro Vieira.

#### Questão de ordem

O Deputado Sebastião Costa - Não acredito que foi com má intenção que o Geraldo Rezende disse que a crise do Brasil era de falta de caráter. Talvez por força de expressão tenha mencionado o meu nome. Isso poderia parecer, na redação, sendo associada uma coisa com outra. Então, gostaria que V. Exa. recomendasse à assessoria que, se possível, evitasse fazer constar esse ato, que vai ficar nos anais. Tenho a certeza de que não é esse o conceito que o Deputado Geraldo Rezende tem de minha pessoa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita à assessoria que faça o atendimento solicitado pelo Deputado Sebastião Costa. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Ocupo novamente a tribuna para encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Chico Rafael, que visa a conseguir a recuperação da racionalidade na ação legislativa desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, percebi, um pouco atordoado, as emendas não publicadas e não distribuídas em avulso para tentar, sem êxito, corrigir o incorrigível, que é levar à votação algo sem publicidade prévia, rapidamente feito pela gráfica do Legislativo.

Chegou às minhas mãos a documentação, há 25 minutos. Quero que isso fique registrado até para resguardar a possibilidade de futuros questionamentos jurídicos, sobretudo por parte do Governo do Estado, com respeito ao que vier a ser processado hoje. Vou insistir, recebi às 0h32min, já do dia 23, com o título de erratas as mudanças no relatório, também não publicado por essa Casa. Portanto, tudo o que se fizer hoje regimentalmente estará ferido e comprometido irremediavelmente pela publicidade prévia.

Srs. Deputados, a situação é de tal monta patética, que a pressa para rodar a suposta errata é tanta, que, nesses poucos minutos em que tive acesso a ela, localizei numerosos erros gramaticais. Portanto, Sr. Presidente, será necessária nova errata em março ou em abril. Na primeira linha da errata, já há um erro: a Emenda 273/9 está "subme", deve ser uma subemenda. Não é uma subemenda. Continuando na mesma emenda, no objeto do gasto há uma palavra que não consigo ler, "iimplantação", com dois ii, "iimplantação" de telefonia rural. Portanto, haverá necessidade de outra errata. Serão erratas sucessivas.

Alguém quer acreditar que o povo, que o Governo, que o Judiciário de Minas Gerais vai achar que de fato isso é uma errata, que isso não são emendas feitas fora do prazo e a toque de caixa. Na pág. 2, o Município de Paulistas veio escrito com letra minúscula. Isso é um absurdo. Não nasci em Paulistas, mas não podemos aceitar que o nome de um município seja grafado, numa errata, com letra minúscula. Uma errata é sempre preparada com larga margem de tempo para evitar novos erros. Ocorre que agora os erros são cada vez mais numerosos, a evidenciar a natureza de matéria nova, nova até para os parlamentares, sem serem publicadas, viciando todo o processo.

Prosseguindo, Sr. Presidente, o Município de Joáima, e que pena que o Deputado Márcio Kangussu não se encontra presente, também lá votado - e até mais do que eu -, foi grafado sem acento, virou "Joáima".

Ao contrário do que imagina, Sr. Presidente, estou fazendo o encaminhamento. Isso que foi distribuído com o nome de errata, como já avisa o Presidente, será objeto de uma revisão. Um precioso "copydesk" será contratado para evitar que haja tantos erros e que o nosso vernáculo seja tão ofendido, como o foi no relatório publicado sobre esse projeto. Sr. Presidente, sugiro a V. Exa. que submeta a novo teste à assessoria da Casa, porque jamais vi tanto erro gramatical em um relatório produzido pela assessoria da Assembléia. Fiquei surpreendido ao ver montes de erros de concordância, denegrindo e denunciando o que vem sendo esse processo de elaboração do orçamento de 2001.

Sr. Presidente, o adiamento é fundamental para que não fiquemos com essa escandalosa ferida. O Regimento Interno está ferido de morte, viciando todo o processo. Se o que será votado hoje puder prosperar, pois penso que o Judiciário acolherá as razões do Governo se isso se fizer necessário, teremos de explicar ao povo de Minas por que a Assembléia entende que não deve ser construída nenhuma hidrelétrica neste Estado. Os recursos destinados à construção de hidrelétrica foram retirados para serem distribuídos igualmente entre os Deputados, para os redistribuírem em suas bases, em extensão de redes, que ficarão como grandes poleiros dos pássaros, porque, sem a geração da energia, elas serão energizadas com o quê? Sem a geração de energia, poderemos fincar postes e espichar os fios, mas eles não serão energizados.

#### Questão de ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que suspenda os trabalhos por 5 ou 10 minutos, a fim de entrarmos em um acordo, evitando-se que essas aberrações a que me referi possam processar-se nesta madrugada, tornando-se uma mancha na história desta Casa.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, por solicitação da Bancada do PSB, vai suspender a reunião por 10 minutos, para que os Líderes possam buscar um acordo sobre a votação da proposta orçamentária de 2001. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Em votação, o requerimento do Deputado Chico Rafael. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

- A seguir, vêm à Mesa e são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno, os seguintes requerimentos de votação destacada: dos Deputados Sebastião Navarro Vieira e outro, para as Emendas nºs 990, 3.159, 3.160, 3.190, 3.191, 3.193, 3.196 e 3.197; do Deputado Adeldo Carneiro Leão, para a Emenda nº 2.468; do Deputado Chico Rafael, para a Emenda nº 3.189; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para a Emenda nº 1.717.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as emendas que receberam parecer pela aprovação. Em votação, as emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas.

#### Questões de ordem

O Deputado Mauro Lobo - Gostaria de saber que acordo foi feito e por que o PSDB e o PFL não participaram? V. Exa. se refere ao acordo feito à tarde?

O Sr. Presidente - A Presidência entende que o que foi proposto, à tarde, pelas Lideranças da Maioria, do PSDB, do PT e do PFL foi aceito pelo relator e, agora, pelo renitente PSB. O encaminhamento do acordo em nome do PSDB foi conduzido pelo nobre Deputado, ex-Presidente desta Casa, Agostinho Patrús.

O Deputado Carlos Pimenta - Obedeceremos ao acordo estabelecido no Colégio de Líderes. Existe um fato novo que gostaríamos que fosse deixado para o final. E antes de ser colocado em votação o último destaque, que não constava no Acordo de Líderes, gostaríamos que pudéssemos ter tempo para decidir, internamente, na bancada.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Votação da Emenda nº 990, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Com a palavra, para encaminhar a favor, o Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - A Emenda nº 990, que fez parte do Acordo de Líderes de hoje à tarde, retira os recursos destinados à RURALMINAS e os transfere para o Fundo Estadual de Saneamento Básico. São recursos para implantação de água e esgoto. A razão da transferência desses recursos é que a RURALMINAS é uma entidade em extinção. Temos uma proposta do Governo do Estado, de reforma administrativa, que propõe a extinção da RURALMINAS. Por isso não há razão de se alocarem tantos recursos para a implantação de água e esgoto na RURALMINAS. Por isso estamos deslocando os recursos para o Fundo Estadual de Saneamento Básico. Encaminho para que seja aprovada a Emenda nº 990, conforme decisão do Colégio de Líderes desta Casa.

O Sr. Presidente - Em votação, a emenda. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 3.159, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 3.160, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 3.191, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 3.195, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 3.196, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 3.197, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 2.468, que recebeu parecer pela rejeição. Com a palavra, para encaminhar a favor, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Essa emenda não retira dinheiro da fonte, a Secretaria da Justiça. O queremos é que, em vez de se construir penitenciárias comuns, que elas sejam construídas na região metropolitana, fundamentadas no sistema de apoio prisional aos condenados. É um sistema novo de tratamento de condenados, com alto poder de recuperação. As experiências em Itaúna e em muitos outros lugares no Brasil apontam os melhores resultados do ponto de vista da recuperação dos condenados. Por isso, apenas estamos apontando essa forma de se construir a penitenciária na região metropolitana, cujo valor é de R\$2.800.000,00 na Secretaria de Justiça. Por isso gostaria que os nobres Deputados e Deputadas me apoiassem, aprovando essa emenda.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 2.468. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 3.189, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 1.717, que recebeu parecer pela aprovação. Com a palavra, para encaminhar contrariamente, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Emenda nº 1.717 visa à pavimentação do trecho entre Maravilhas e Cachoeira do Prata; R\$1.000.000,00 saindo de um trecho do Sul de Minas. Essa estrada já se encontra em andamento, faltando pouco para terminar. Gostaria que V. Exas. também rejeitassem essa emenda que, com certeza, está tirando numerário suficiente para o término dessa estrada.

É uma estrada no Sul de Minas que liga até o asfalto na Rodovia Fernão Dias a São Paulo, um trecho muito importante, já em andamento. Está sendo buscada a implantação de melhorias com R\$1.000.000,00. Não temos como continuar com essa rodovia paralisada. Tenho certeza que sem esse valor não teremos condições de terminá-la. Gostaria que V. Exas. me apoiassem, encaminhando contrariamente.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1.717. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.216/2000 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 990 e 2.468, ficando rejeitadas as Emendas nºs 1, 20, 21, 34, 37 a 39, 41, 42, 44 a 47, 50, 52, 54, 55, 58, 62, 63, 67 a 69, 72, 73, 76, 77, 79, 83, 84, 87, 89 a 91, 94, 96, 99 a 101, 103, 104, 106 a 110, 113, 114, 117, 119, 120, 122, 124 a 126, 128, 135 a 151, 156, 157, 162, 174, 181, 182, 186, 188 a 194, 196 a 198, 200, 201, 203 a 205, 209 a 225, 228, 230, 233 a 236, 240, 242, 243, 245, 247, 251, 253 a 255, 257, 259, 261, 262, 267 a 269, 271, 278 a 281, 295 a 306, 308 a 310, 312 a 314, 316 a 318, 320 a 322, 324 a 326, 330, 332, 334 a 336, 338 a 343, 345 a 347, 349, 351 a 353, 355, 357 a 364, 366 a 368, 370, 372 a 375, 377 a 379, 381 a 384, 387 a 390, 405, 434, 457, 458, 461, 466, 516, 608, 622, 623, 626, 656, 669 a 812, 819, 839, 841 a 843, 846, 847, 849 a 851, 853, 855, 856, 858, 859, 862, 864, 866, 869, 875, 907, 910 a 912, 933 a 938, 985, 987 a 989, 991 a 995, 1.016 a 1.028, 1.030 a 1.037, 1.094 a a 1.163, 1.165, 1.167 a 1.227, 1.229 a 1.234, 1.240 a 1.249, 1.251 a 1.258, 1.265 a 1.284, 1.286 a 1.295, 1.298 a 1.311, 1.313, 1.316, 1.318, 1.319, 1.321 a 1.324, 1.326 a 1.331, 1.333 a 1.366, 1.368 a 1.434, 1.437 a 1.442, 1.444 a 1.465, 1.467 a 1.478, 1.480 a 1.492, 1.501, 1.514 a 1.544, 1.554 a 1.688, 1.696 a 1.705, 1.717, 1.727, 1.732 a 1.734, 1.736, 1.739, 1.741 a 1.744, 1.749, 1.751 a 1.754, 1.758, 1.765, 1.766, 1.768, 1.784 a 1.786, 1.826 a 1.855, 1.857 a 1.861, 1.863 a 1.871, 1.873, 1.874, 1.876, 1.886, 1.892 a 1.899, 1.904 a 1.911, 1.913, 1.914, 1.917 a 1.920, 1.922 a 1.934, 1.936 a 1.952, 1.954, 1.970, 1.971, 1.979, 1.985, 2.078 a 2.085, 2.192 a 2.208, 2.259 a 2.265, 2.275, 2.326 a 2.330, 2.332 a 2.340, 2.342 a 2.345, 2.347 a 2.382, 2.384 a 2.389, 2.391 a 2.408, 2.410 a 2.413, 2.469 a 2.476, 2.487 a 2.489, 2.538 a 2.579, 2.586, 2.588, 2.590, 2.595, 2.597, 2.598, 2.600, 2.601, 2.603 a 2.610, 2.673, 2.696 a 2.716, 2.742, 2.749 a 2.757, 2.787 a 2.789, 2.796, 2.805 a 2.811, 2.818, 2.819, 2.821 a 2.824, 2.826, 2.828 a 2.830, 2.832 a 2.834, 2.836 a 2.839, 2.841, 2.842, 2.844 a 2.846, 2.848, 2.849, 2.851, 2.852, 2.854 a 2.856, 2.858, 2.859, 2.861, 2.862, 2.864 a 2.867, 2.869, 2.870, 2.872 a 2.876, 2.879 a 2.882, 2.885 a 2.888, 2.890, 2.891, 2.893 a 2.912, 2.935 a 2.938, 2.974 a 3.013, 3.032, 3.034 a 3.044, 3.052, 3.056, 3.061 a 3.068, 3.072, 3.076, 3.081, 3.086, 3.088, 3.091, 3.093, 3.096 a 3.098, 3.159, 3.160, 3.189 a 3.191, 3.195 a 3.197; e prejudicadas as Emendas nºs 2 a 19, 22 a 33, 35, 36, 40, 43, 48, 49, 51, 53, 56, 57, 59 a 61, 64 a 66, 70 a 71, 74, 75, 78, 80 a 82, 85, 86, 88, 92, 93, 95, 97, 98, 102, 105, 111, 112, 115, 116, 118, 121, 123, 127, 129 a 134, 152 a 155, 158 a 161, 163 a 173, 175 a 180, 183 a 185, 187, 195, 199, 202, 206 a 208, 226, 227, 229, 231, 232, 237 a 239, 241, 244, 246, 248 a 250, 252, 256, 258, 260, 263 a 266, 270, 272 a 277, 282 a 294, 307, 311, 315, 319, 323, 327 a 329, 331, 333, 337, 344, 348, 350, 354, 356, 365, 369, 371, 376, 380, 385, 386, 391 a 404, 406 a 433, 435 a 456, 459, 460, 462 a 465, 467 a 515, 517 a 607, 609 a 621, 624, 625, 627 a 655, 657 a 668, 813 a 818, 820 a 838, 840, 844, 845, 848, 852, 854, 857, 860, 861, 863, 865, 867, 868, 870 a 874, 876 a 906, 908, 909, 913 a 932, 939 a 984, 986, 996 a 1.015, 1.029, 1.038 a 1.093, 1.164, 1.166, 1.228, 1.235 a 1.239, 1.250, 1.259 a 1.264, 1.285, 1.296, 1.297, 1.312, 1.314, 1.315, 1.317, 1.320, 1.325, 1.332, 1.367, 1.435, 1.436, 1.443, 1.466, 1.479, 1.493 a 1.500, 1.502 a 1.513, 1.545 a 1.553, 1.689 a 1.695, 1.706 a 1.716, 1.718 a 1.726, 1.728 a 1.731, 1.735, 1.737, 1.738, 1.740, 1.745 a 1.748, 1.750, 1.755 a 1.757, 1.759 a 1.764, 1.767, 1.769 a 1.783, 1.787 a 1.825, 1.856, 1.862, 1.872, 1.875, 1.877 a 1.885, 1.887 a 1.891, 1.900 a 1.903, 1.912, 1.915, 1.916, 1.921, 1.935, 1.953, 1.955 a 1.969, 1.972 a 1.978, 1.980 a 1.984, 1.986 a 2.077, 2.086 a 2.191, 2.209 a 2.258, 2.266 a 2.274, 2.276 a 2.325, 2.331, 2.341, 2.346, 2.383, 2.390, 2.409, 2.414 a 2.467, 2.477 a 2.486, 2.490 a 2.537, 2.580 a 2.585, 2.587, 2.589, 2.591 a 2.594, 2.596, 2.599, 2.602, 2.611 a 2.672, 2.674 a 2.695, 2.717 a 2.741, 2.743 a 2.748, 2.758 a 2.786, 2.790 a 2.795, 2.797 a 2.804, 2.812 a 2.817, 2.820, 2.825, 2.827, 2.831, 2.835, 2.840, 2.843, 2.847, 2.850, 2.853, 2.857, 2.860, 2.863, 2.868, 2.871, 2.877, 2.878, 2.883, 2.884, 2.889, 2.892, 2.913 a 2.934, 2.939 a 2.973, 3.014 a 3.031, 3.033, 3.045 a 3.051, 3.053 a 3.055, 3.057 a 3.060, 3.069 a 3.071, 3.073 a 3.075, 3.077 a 3.080, 3.082 a 3.085, 3.087, 3.089, 3.090, 3.092, 3.094, 3.095, 3.099 a 3.158, 3.161 a 3.188, 3.192 a 3.194, 3.198 a 3.203. A Comissão de Redação.

#### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nºs 88/99, do Deputado Hely Tarquínio, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infração de trânsito no Estado de Minas Gerais; 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que altera a Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do projeto Serviço Integrado de Administração Financeira SIAF-Cidadão; 1.143/2000, do Deputado Agostinho da Silveira, que obriga o ente público, o concessionário e o permissionário de serviço público ou de obra pública a notificar o município no caso que menciona e dá outras providências; 1.198/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar área industrial localizada no Município de Arceburgo para os fins que menciona; e 1.334/2000, da Mesa da Assembléia, que altera disposições da Lei nº



13.363, de 20/1/99, e dá outras providências. (À sanção.).

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.216/2000, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2001. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

#### Declarações de Voto

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, não conseguimos o nosso intento, que era adiar a votação desse projeto, até que fossem publicadas as emendas, para se cumprir o Regimento Interno. O que presenciamos hoje, nesta Casa, em relação ao orçamento do Estado, foi um confronto com nosso Regimento Interno. Foi triste, lamentável e desagradável o que ocorreu. Espero que, nos próximos mandatos, a Casa consiga encaminhar esse projeto de uma forma melhor, que se respeite o Regimento Interno. As emendas foram preparadas aqui, de afogadilho, de última hora. Eram emendas que não constavam no relatório do orçamento. Por outro lado, estamos convencidos de que fizemos o melhor, conseguimos resgatar a CEMIG, ou seja, impedir o que o relator queria fazer com ela, que era tirar os recursos destinados à construção das usinas hidrelétricas no Estado de Minas. Dos males, o menor.

Sr. Presidente, concluímos os trabalhos nesta madrugada, com a consciência tranqüila do dever cumprido, com a certeza de ter feito o melhor.

O Sr. Presidente - A Presidência, antes de passar a palavra ao Deputado Miguel Martini, deseja dizer que ficou muito satisfeito com as palavras do Deputado Chico Rafael. O processo de obstrução serve exatamente para fazer com que a Casa chegue ao bom-senso na votação. Muitas vezes, uma bancada inicia um processo de obstrução não com o intuito de buscar seu intento, mas para que ocorra o que ocorreu aqui hoje. Chamo a atenção do parlamento, porque este sabe fazer a leitura da intenção da bancada e, no processo de encaminhamento, chegamos a bom termo. Acredito que não apenas V. Exa., mas todo o parlamento pôde ver que esse é o processo legislativo. Para que a sociedade ganhe, uma parte tem de perder em algum momento. Foi exatamente o que ocorreu. Acho que isso foi muito bom para a sociedade mineira.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, só quero deixar o meu posicionamento discordante do Deputado Chico Rafael, porque não entendo que o Regimento Interno foi desrespeitado. O art. 207 do Regimento Interno é muito claro. Se houve afogadilho ou um retardamento não significa dizer que o Regimento Interno tenha sido desrespeitado. É muito importante deixar isso registrado, porque o processo de obstrução faz parte do processo democrático. Mas a restauração da verdade dos fatos também faz parte da ética e da moralidade.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que esta Casa, nesta madrugada, mais uma vez cumpriu o seu verdadeiro papel. A discussão realmente é válida. Hoje, mais do que nunca, estamos voltando às nossas bases com o dever cumprido quanto à viabilidade de recursos para que o Governo, a partir de 2001, tenha mecanismos necessários para desenvolver o nosso trabalho e, acima de tudo, o que deseja o povo mineiro.

A nossa Casa está de parabéns. Estamos encerrando as nossas atividades e nada melhor que o dever cumprido. Parabenizo V. Exa. mais uma vez. Assim, saúdo V. Exa. pela última vez por tudo que fez. Agradeço à nossa assessoria e aos parlamentares, desejando a todos votos de feliz Natal e de muita prosperidade. Que Deus abençoe sempre a nossa Casa e que o ano 2001 seja repleto de prosperidade. A V. Exa., a nossa admiração de sempre. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente e Srs. Deputados, finalmente chegamos ao fim desta jornada. Tivemos um embate muito difícil nesta noite. Enfiamos madrugada adentro, mas conseguimos melhorar um pouco o projeto. Conseguimos a aprovação daquilo que já disse não ser um projeto de orçamento ideal, porque já veio com um pecado original. Mas conseguimos, ao retirarmos uma emenda da CEMIG melhorar bastante o projeto. Pelo menos, demos um sentido de igualdade nas propostas de emendas de todos os Deputados. Sem sombra de dúvida, isso melhorou muito a nossa posição. Não é aquilo que o povo mineiro necessita e merece, mas melhorou.

Quero parabenizar e dizer ao meu amigo Deputado Sebastião Costa que ele interpretou errado. Tenho um respeito muito grande pelo ilustre Deputado e jamais iria evidentemente dizer aquilo. Quando disse da falta de caráter, me referi ao homem brasileiro de maneira geral. Não foi específico para V. Exa. Mas o embate frutificou.

Presidente Anderson Aduato, quero parabenizar V. Exa. pela condução da Assembléia, principalmente nesse espaço de tempo que convivi na Assembléia, de maio até esta data. Desejo a V. Exa. e a todos os amigos parlamentares um feliz Natal e um ano novo cheio de glórias, alegria, saúde, paz e amor. Vamos em frente. No ano que vem, com certeza, vamos ser mais felizes na confecção e na votação do projeto de orçamento. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assessoria da Casa e visitantes, cumprimento todos os Deputados desta Casa pelo trabalho que fizemos. Como membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, regimentalmente, tenho a incumbência de proceder ao voto antecipado e de levá-lo a Plenário que, sendo soberano, deveria referendar ou não esse parecer que foi feito. Enfrentamos muitas dificuldades para compatibilizar todos os interesses de acordo com o cenário em que nos colocávamos: a Lei de Responsabilidade Fiscal e a situação política de relacionamento da Assembléia com o Executivo. Foram dias difíceis e tensos, mas de muito trabalho, que nos dignificaram a todos. Cada um cumpriu o seu dever e o seu papel. Parabéns, Deputados! Eu e o Deputado Chico Rafael abraçamo-nos. Desejei-lhe um feliz Natal, e ele me desejou o mesmo. Ele defendeu com intransigência, com paixão e com algum exagero as suas crenças, e nós também, mas o importante é que prevaleceu o bom-senso. Agradeço a esta Casa e a todos os companheiros que apoiaram, com muito ardor, o nosso orçamento.

Sr. Presidente, farei a leitura da lei, que é um presente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária a todos os Deputados e aos ouvintes. (- Lê:)

"Lei nº 25, de 25 de dezembro de todo ano - Belém, D.C.

Dispõe sobre normas a serem vividas por aqueles que um dia, guiados por uma estrela, chegaram a um estábulo deixando-se cativar pelo recém-nascido que ali estava. A partir da presente data, entra em vigor a seguinte lei:

Art. 1º - Todos os homens devem se respeitar mutuamente.

Parágrafo único - É dever de todos promover a paz e uma vida mais humana.

Art. 2º - O verdadeiro amor é gratuito, não busca o prazer pessoal, e sim o bem e felicidade do próximo.

Art. 3º - O Natal não é comércio nem troca de presentes, mas um dia em que o perdão e a solidariedade se devem fazer mais presentes na vida de cada um.

Art. 4º - Natal é tempo de acreditar nas pequenas coisas e de nascer de novo.

Art. 5º - A partir da presente data fica estipulado que:

a) nosso sorriso não tem endereço certo;

b) nossas mãos devem carregar os mais fracos e conduzir mãos que tateiam no escuro;

c) nossos pés devem caminhar em direção do próximo para acolhê-lo;

d) nossos olhos devem enxergar a criança faminta, o amigo angustiado, o velhinho desamparado.

Art. 6º - O Natal é Cristo fazendo nascer em cada homem um coração novo com o sentimento da esperança.

Parágrafo único - Todo aquele que aceitar o Salvador deve libertar-se do homem velho e rancoroso que existe em si próprio.

Art. 7º - O Natal marca o início de uma nova era em que a Fé, a Esperança e o Amor são os critérios básicos para se construir um mundo melhor.

Art. 8º - Fica decretado que o Natal será como a alegria imensa de vidas que renascem e se renovam.

Art. 9º - O tempo do Natal é o seguinte: 24 de dezembro deste ano até 24 de dezembro do próximo ano.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor a partir do momento em que as pessoas tomarem conhecimento dela.

Art. 11º - Faça-se cumprir, e revoguem-se todas as disposições em contrário.

Parágrafo único - Feliz Natal! Hoje e sempre!

São os nossos votos a todos os companheiros desta Casa, a todos os Deputados. Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que sei que algumas pessoas da assessoria talvez não tenham ficado muito satisfeitas com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Mas, neste momento, quero dizer a elas que temos o maior respeito, consideração e a maior crença na assessoria da Casa. Trata-se de uma assessoria do Primeiro Mundo, a qual dignifica e respeita a todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, parabéns pelo que foi feito aqui hoje. Sem dúvida alguma, prevaleceu a vontade da maioria.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião solene de encerramento da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura, a realizar-se a seguir. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 53ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Rogério Correia que proceda à leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a discutir os trâmites do Plano de Carreira, Remuneração e Valorização dos Servidores do Quadro da Secretaria de Estado da Educação, bem como o concurso público para o preenchimento de vagas do referido quadro e transforma a reunião em audiência pública. Ato contínuo, agradece a presença dos Superintendentes e Coordenadores Regionais de Ensino e convida para compor a mesa os Srs. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação; Antônio Hilário, Coordenador-Geral do Sind-ute, e Renato Barros, representante da Coordenação Sindical. Logo a seguir, passa a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que suscitou esta reunião, o qual tece suas considerações iniciais. Logo depois, o Deputado Márcio Cunha assume a Presidência da Comissão e passa a palavra aos convidados, que prestam esclarecimentos sobre a matéria objeto desta Comissão. A seguir, segue-se um amplo debate entre os Deputados e os convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Finalizando, o Deputado Márcio Cunha transforma a reunião em reunião extraordinária novamente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Rêmoló Aloise - Rogério Correia.

#### ATA DA 60ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Glycon Terra Pinto, Adelmo Carneiro Leão, Marcelo Gonçalves e Eduardo Brandão (substituindo este ao Deputado Luiz Tadeu Leite, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glycon Terra Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, a Presidente procede à leitura da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Caiafa, Ouvidora da Polícia do Estado, em que justifica sua ausência na presente reunião; da Secretaria de Governo de Juiz de Fora, solicitando informações sobre lei estadual (publicado no "Diário do Legislativo" de 16/10/2000); da 15ª Delegacia Regional da Secretaria da Segurança Pública, de Uberaba, informando os serviços disponíveis em seu Banco de Dados para Pesquisa (publicado no "Diário do Legislativo" de 26/10/2000); documentação encaminhada pelo Sr. Eduardo Afonso de Souza sobre a cadeia pública de Sete Lagoas; convite da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para o VI Encontro do Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos, em 21/11/2000; comunicado do Movimento Nacional de Direitos Humanos, relativo ao XI Prêmio Nacional de Direitos Humanos; ofício da Comarca de São Domingos do Prata, encaminhando cópia de sentença que decretou a prisão de seis policiais militares no Município de Dionísio; carta da Sra. Aparecida Ambrósio Coelho de Mattos, em que solicita ajuda da Comissão; ofício da FETAEMG, em que manifesta a expectativa de contar com a presença de todos os parlamentares desta Comissão na audiência do próximo dia 8, destinada a debater sobre a violência no Noroeste de Minas; carta da Fundação Direito e Cidadania, apresentando o Projeto Libertar-Se; ofícios da Secretaria da Segurança Pública, encaminhando resposta com relação a assunto de interesse do Sr. Carlos José do Patrocínio; do Sr. Marcos Rolim, Deputado Federal, convidando para o Seminário A Polícia e os Direitos Humanos, a realizar-se em 22/11/2000; cópia da "Carta de Cidreira", assinada pelos participantes do XII Congresso Nacional da União Brasileira das Entidades Representativas dos Subtenentes e Sargentos Policiais e Bombeiros Militares, ocorrido no Rio Grande do Sul, em outubro último; fax solicitando ajuda para transferência do detento Eduardo Ferreira de Souza, preso em São Joaquim da Barra, SP, para a cadeia pública de Montes Claros; convite do Movimento Nacional de Direitos Humanos para o Evento Público Direitos Humanos no Brasil e na Europa - Perspectivas de Atuação num Contexto de Violações e Conquistas; convite do Fórum Mineiro de Saúde Mental para a próxima reunião, em 11/11/2000; denúncia anônima em documento intitulado "Dossiê da Dutra Ladeira"; ofício do Sr. Márcio Barroso Domingues, Secretário Adjunto da Segurança Pública, em que encaminha informações sobre homicídio, ocorrido na cidade de Pompéu, que vitimou Altamir José de Oliveira; ofício do Sr. Adalclever Ribeiro Lopes, Chefe de Gabinete da Secretaria da Segurança Pública, em que encaminha informações sobre o inquérito instaurado para apurar a morte de três menores, em Contagem, em 29/3/2000. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei Complementar nº 25/2000 e a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. É retirado da pauta, a requerimento do Deputado Glycon Terra Pinto, o Projeto de Lei nº 244/99. Os Projetos de Lei nºs 454/99, 914, 997 e 1.110/2000 recebem parecer pela aprovação, os quais são aprovados. Na fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia, é aprovado o Requerimento nº 1.723/2000. A seguir, na fase de apreciação de matérias da Comissão, são aprovados requerimentos do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que pleiteia seja realizado debate público sobre a realidade dos acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais no Estado; sejam solicitadas ao Governador do Estado proteção policial para os acampados da Fazenda Tapera do Sertão, no Município de Dom Bosco, onde foi morto um trabalhador sem terra, supostamente por razões políticas; e providências para solução definitiva da questão social gerada nesse acampamento; sejam solicitadas ao INCRA providências para acelerar o processo de desapropriação da área do acampamento Tapera do Sertão; seja realizada visita da Comissão ao referido acampamento; e que a Comissão participe do VI Encontro do Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos, em 21/11/2000, em Brasília. A Deputada Elbe Brandão passa a Presidência ao Deputado Glycon Terra Pinto e apresenta requerimentos - em que solicita seja realizada audiência pública em que representantes da Câmara Municipal de Juiz de Fora apresentem projetos por eles desenvolvidos; seja realizada audiência pública para ouvir explanação de técnicos e agentes da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado; seja agendada visita ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para tratar da criação de varas criminais; e seja realizada visita à cadeia administrada pela Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC - em Itaúna. São aprovados os requerimentos. A seguir, a Deputada Elbe Brandão

retoma a Presidência e submete a votação requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, em que pede sejam solicitadas ao INCRA informações sobre o número de famílias assentadas e o número das que aguardam assentamento no Estado. É aprovado o requerimento. Após, a Presidência concede a palavra, para que formulem denúncias à Comissão, aos Srs. José Firmino Pires e Otacílio Cândido Pereira e às Sras. Neli de Fátima Souza e Maria Antônia Costa Nogueira. A seguir, a Presidente concede a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que ensejou o debate sobre o Projeto de Lei Complementar nº 25/2000. Após, fazem uso da palavra o Sr. Inácio Luiz Gomes de Barros, o Cap. William Soares Sobrinho, o Subten. Luiz Gonzaga Ribeiro, o Sr. Mateus Afonso Medeiros, o Deputado Rogério Correia, os Srs. Pedro Marcos de Oliveira, Márcio Honório de Oliveira e Silva e José Magela Alves Pereira, a Sra. Heloisa Greco, os Srs. Eugênio Pacelli do Carmo, Juarez Robson Pereira, Expedito José de Oliveira e Ildemar Silva Lobato e a Deputada Elbe Brandão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2000.

Elbe Brandão, Presidente - Marcelo Gonçalves - Adelmo Carneiro Leão - Glycon Terra Pinto.

#### ATA DA 21ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia nove de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Paulo Piau, Aílton Vilela, João Batista de Oliveira e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Irani Barbosa. O Presidente informa que a reunião, destinada a audiência pública, tem por finalidade debater, com representantes da RURALMINAS e do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER -, a situação das terras devolutas localizadas no vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas, arrendadas a empresas de reflorestamento, siderurgia, papel e celulose, bem como esclarecer os níveis de competência de cada órgão, no que diz respeito à gestão dessas terras e seus respectivos contratos. A Presidência registra a presença dos Srs. Caio Júlio César Brandão Pinto e Antônio Maria Claret Maia, respectivamente, Presidente e advogado da RURALMINAS; e Ivan de Sá e Marcos Helênio, respectivamente, Diretor Fundiário e Consultor do ITER. O Deputado Márcio Kangussu, autor do requerimento que deu origem à reunião, tece comentários iniciais. Logo após, a começar pelo Presidente da RURALMINAS, os expositores discorrem sobre o tema em questão e respondem às perguntas formuladas pelos debatedores, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente - Aílton Vilela - João Batista de Oliveira.

#### ATA DA 40ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas do dia vinte e um de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Irani Barbosa, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Mauro Lobo, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Ato contínuo, informa o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas; Sylo da Silva Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social; Eloy Alves Filho, Superintendente Regional do INCRA-MG; Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, e da Sra. Mônica Messenberg Guimarães, Secretária Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação. Logo a seguir o Deputado Márcio Cunha assume a Presidência da Comissão. Passa-se a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas a apreciação de Plenário. A seguir, o Presidente redistribui os Projetos de Lei nºs 597/99 e 356/1999 ao Deputado Rogério Correia, que solicita prazo regimental para emitir pareceres de 1º e 2º turnos, pedido que é concedido pelo Presidente. Ato contínuo, são aprovados cada um por sua vez, após discussão e votação, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 799/2000, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria no 1º turno, na forma do substitutivo nº 2, da Comissão de Turismo, e a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente (relator: Deputado Mauro Lobo); 1.078/2000, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Mauro Lobo); 1.114/2000, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria em 1º turno com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e com as Emendas nºs 2 e 3 da Comissão de Administração Pública (Deputado Olinto Godinho, em virtude de redistribuição) e 1.172/2000, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se a 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. É aprovado requerimento do Deputado Miguel Martini em que solicita seja encaminhado ao Secretário da Fazenda e ao Presidente da CEMIG pedido de informações sobre o não-pagamento pelo Estado da dívida de R\$1.120.000.000,00 a favor da CEMIG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária do dia 22/11/2000, às 9h30min, no Teatro da Assembléia, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Rogério Correia.

#### ATA DA 61ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Glycon Terra Pinto, Adelmo Carneiro Leão e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, ainda, os Deputados José Henrique e Miguel Martini. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glycon Terra Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidente procede à leitura de ofícios do Cel. PM José Antoninho de Oliveira, em que presta esclarecimentos sobre assunto de interesse do Sr. Adilson Silva (conforme publicado na edição de 18/11/2000); do Sr. Abelardo Teixeira Nunes, Procurador-Geral de Justiça, prestando esclarecimentos sobre denúncia de morte de Nelson Rodrigues Pinheiro; do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais, solicitando a realização de audiência pública para se discutir a Lei nº 13.720; da Sra. Maria do Rosário Caiafa Farias, Ouvidora de Polícia, sobre assunto de interesse do Sr. Gilberto Rocha Ferreira (conforme publicado na edição de 18/11/2000); denúncia anônima sobre desvio de alimentos e materiais de higiene pessoal destinados aos detentos da Penitenciária Dutra Ladeira; da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, sobre situação de risco a que estariam sendo submetidas pessoas residentes no Bairro Taquaril; Informativo nº 2 da AGENDE-Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento; do Sr. Sérgio Lellis Santiago, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, sobre encaminhamentos de denúncias por cidadãos; do Sr. Emmanuel Aparecido Carapunarla, Curador dos Direitos Humanos da Comarca de Uberaba, sobre assunto de interesse do Sr. Anderson Lúcio Sisoneto Resende; do Sr. Flávio Almeida Araújo, apresentando denúncias; da Sra. Maria das Dores de Jesus, solicitando a transferência de seu filho Aderci das Dores de Jesus; pedido de cumprimento de pena em regime semi-aberto para o detento Josué Geraldo de Moura; do Sr. João Veríssimo Fernandes, Juiz de Direito da Comarca de Paraisópolis, encaminhando peças dos autos de procedimento correccional; do Sr. Antônio Marciano de Araújo, detento na cadeia pública de Itabora, solicitando ajuda da Comissão; do Sr. Rogério Mendes Torres, Juiz de Direito da Comarca de Pedra Azul, prestando informações solicitadas por esta Casa e encaminhando cópia de representação contra o Sr. Marclio Botelho Antunes; denúncias anônimas contra a Penitenciária Nelson Hungria e contra o Sr. Antônio Fradico, Delegado do 1º Distrito da Polícia Civil de Teresópolis-Betim; do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha de Belo Horizonte - SINTIBOR -, encaminhando convite para assembléia geral dos ex-funcionários; do CONEDH, comunicando, agendamento de reunião com o Cel. Severo, para tratar de arbitrariedades praticadas por policiais militares; denúncia anônima sobre falta de segurança das detentas da Penitenciária Industrial Estêvão Pinto; da Câmara de Dirigentes Lojistas de Guanhanês, solicitando apoio para a situação que menciona; da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, encaminhando convite para o I Encontro Parlamentar de Direitos Humanos do MERCOSUL; do Sr. Eduardo Decat de Moura, advogado, encaminhando documentação sobre processo crime de competência originária. A seguir, a Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de matérias sujeitas à apreciação do Plenário, quando são apreciadas as seguintes proposições: Parecer para o 1º turno das Subemendas que receberam o Nº 1 às Emendas nºs 1 e 2 apresentadas em Plenário, ao Substitutivo Nº 1 ao Projeto de Lei nº 25/2000 - vista concedida ao Deputado Glycon Terra Pinto; Parecer para o 1º turno das Emendas nºs 1 e 2, Apresentadas em Plenário, ao Projeto de Lei nº 224/99 - vista concedida ao Deputado Adelmo Carneiro Leão; Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 951/2000 - aprovado parecer do Deputado Glycon Terra Pinto, que conclui pela aprovação; Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.185/2000 - aprovado o parecer do Deputado Glycon Terra Pinto, que conclui pela aprovação. A seguir, passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. Neste momento, a Deputada Elbe Brandão passa a Presidência ao Deputado Glycon Terra Pinto e apresenta requerimento de sua autoria em que solicita a realização de audiência pública para se discutir a criação da Ouvidoria-Geral, proposta pelo Governo do Estado. Aprovado. A seguir, a Deputada Elbe Brandão retoma a Presidência e submete a votação os seguintes requerimentos, que são aprovados: do Deputado Glycon Terra Pinto, em que solicita seja ouvido pela Comissão o Sr. Eduardo Decat de Moura; do Deputado Durval Ângelo, em que solicita a realização de audiência pública para se debaterem as condições de

segurança pública na Comarca de Mutum; do Deputado Miguel Martini, em que solicita a realização de audiência pública para se discutir a situação da população dos Bairros Jaraguá e Dona Clara; do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita sejam pedidos à Clínica Nossa Senhora de Lourdes esclarecimentos sobre o desaparecimento do paciente Antônio Conceição de Souza; do Deputado Glycon Terra Pinto em que solicita providências para que represente a Comissão no Encontro Parlamentar de Direitos Humanos do MERCOSUL. Durante a reunião, os Srs. Jaques Gonçalves Pereira e Jorge Almeida Carvalho apresentam denúncias à Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2000.

Elbe Brandão, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Marcelo Gonçalves.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/12/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.916, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Nivaldo Andrade

exonerando Álvaro Miranda Filho do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

exonerando Antônio Carlos Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Cristiane Helena de Oliveira Faria do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Cristina Helena Marchiori do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando Darlene Luz Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Eliane Rosa Pires de Matos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

exonerando Juliana Gomes Moreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando Lúcia Maria Fontes Raydan do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Mara Sueli Jovita do Nascimento do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Március Victor de Carvalho Fróis do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas;

exonerando Marcos Antônio Venâncio do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Maria Carolina Scarpelli Rodrigues do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando Maria Emília de Oliveira Valério do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Neuza Rosa Pires do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Roque Silva Filho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando Stefânio Rodrigues Pires do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Suzana Toledo de Campos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

exonerando Tadeu de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.821, de 2/12/99, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Wainer Carvalho Ávila do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Nivaldo Andrade, Vice-Líder do PPB.

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 10/2000 – Em 29/12/2000, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário ratificaram, com base no art. 24, VIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a contratação direta da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais para renovação de 121 assinaturas completas e 23 assinaturas do Caderno 1 do jornal "Minas Gerais", importando a despesa em R\$ 27.719,10.

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 11/2000 – Em 29/12/2000, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário ratificaram, com base no art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a contratação direta da empresa Oracle do Brasil Sistemas Ltda. para utilização de banco de dados Oracle na modalidade "Universal Power Unit", importando a despesa em R\$ 9.479,40.

Convite nº 67/2000 – Objeto: contratação de empresa para fornecimento de arranjos florais - Licitante vencedora: Néctar Flores Ltda.

## ERRATAS

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 30/12/2000, na pág. 40, col. 3, sob o título "Gabinete da Deputada Maria Olívia", onde se lê:

"Euciléia Santana Franco" , leia-se:

"Euciléia Sant'Ana Franco Vieira".

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 30/12/2000, na pág. 40, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Cabo Morais", onde se lê:

"Lélia Chaves Vilas Boas" , leia-se:

"Lélia Margareth Chaves Vilas Boas".